



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1723/08	DATA: 03/12/200 8
INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 18h15min	DURAÇÃO: 03h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h18min	PÁGINAS: 96	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WILSON ROBERTO TREZZA – Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.
JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES – Agente da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 76ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 75ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pelo Deputado Luiz Couto foi solicitada a dispensa da leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Aqueles que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. José Ribamar Reis Guimarães, agente da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.

Convido o Sr. José Ribamar Reis Guimarães a tomar assento à mesa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris, deixa eu só concluir aqui os nossos trabalhos e já lhe passo a palavra. *(Pausa.)*

O Sr. José Ribamar está presente.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computados nesse tempo o prazo para as respostas do depoente. Por decisão do Supremo Tribunal Federal, fica o depoente, se quiser, dispensado de prestar o compromisso perante esta CPI.

Antes de passar-lhe a palavra, vou pedir ao Dr. Trezza, que é o diretor em exercício da Agência Brasileira de Inteligência, que dirija algumas palavras aos



membros desta Comissão, desde já agradecendo a disponibilização do espaço desta Agência Brasileira de Inteligência para procedermos à oitiva na forma da solicitação por eles feita, no sentido de que o agente não fosse identificado, em função de missões que ele desenvolveu no passado. A CPI então entendeu que é nosso dever proteger os agentes do Estado que trabalharam a favor do Estado, razão pela qual estamos fazendo esta reunião aqui, no recinto da ABIN.

Com a palavra o Dr. Trezza, para alguma consideração que desejar fazer aos integrantes da Agência Brasileira de Inteligência. Em seguida, passo a palavra ao Deputado Macris.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA - Muito obrigado.

Exmo. Sr. Deputado Marcelo Itagiba, Presidente da CPI, Srs. Parlamentares, senhores assessores, na verdade as minhas palavras são de boas-vindas da ABIN. A Agência Brasileira de Inteligência agradece a compreensão da Comissão para a realização desta sessão em caráter secreto. Quero dizer que a Agência, inclusive, gostaria de ter, com mais frequência, a presença de Parlamentares acompanhando as nossas atividades. Nós temos... Foi criada pela Lei nº 9.883, de 1999, a Comissão de Controle da Atividade de Inteligência. Portanto, nós gostaríamos de ter esse controle da atividade de inteligência sendo feito com a presença de Parlamentares acompanhando as nossas atividades, porque isso é bom para a ABIN, é bom para a sociedade brasileira e para o Estado brasileiro.

Deputado, o senhor me permite agora uma intervenção de caráter pessoal? Eu tenho feito isso nas oportunidades em que é possível. Eu me lembro que, quando assumi interinamente a direção geral da Agência Brasileira de Inteligência, foi noticiado pela imprensa a minha suposta indicação ou a intervenção do Sr. Daniel Dantas na minha função. É uma informação que eu acho importante, porque não tenho a oportunidade de atingir todas as pessoas que a imprensa atingiu.

Eu, em 2002, pedi licença do serviço público e fui contratado pela Brasil Telecom para ser diretor de um fundo de previdência da Brasil Telecom, em Porto Alegre, na antiga empresa de telefonia CRT. Trabalhei por 1 ano e alguns meses na empresa e deixei a Brasil Telecom em uma situação litigiosa. Fui convidado a fazer uma operação financeira que entendi que era ilegal, na época, no valor de 35 milhões de dólares. Me recusei a fazer e fui demitido por esta razão. Entrei na



Justiça e tenho uma ação judicial correndo no TST, neste momento, contra a Brasil Telecom. Em nenhum momento nesse período em que estive à frente da Fundação e que tive relação com a Brasil Telecom, em nenhum momento sequer fui apresentado, tive uma reunião, um contato telefônico ou uma troca de *e-mail* com o Sr. Daniel Dantas. Então, gostaria de fazer esse esclarecimento, porque eu acho que é importante.

Por favor, fiquem à vontade na ABIN. Muito obrigado e um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A CPI agradece as boas-vindas. A manifestação de V.Sa. foi importante para esclarecer alguns fatos. Se V.Sa. desejar, poderá ficar presente, haja vista que a única coisa que será resguardada deste depoimento é a figura do depoente. As informações que ele vier a prestar serão informações de domínio público. O que nós estamos resguardando com essa missão é apenas a imagem do depoente, para que ele não sofra retaliações em função de trabalhos que fez em defesa do Estado brasileiro.

Eu pergunto ao depoente, antes de passar a palavra ao Deputado Macris, pela ordem, se V.Sa. deseja assumir o compromisso de dizer a verdade ou se vai se manter na forma da decisão do Supremo. Eu digo a V.Sa. que na verdade V.Sa. é uma testemunha. Não o encaramos como investigado, e sim como testemunha de fatos. Então, a pergunta que eu faço a V.Sa. é se deseja assumir o compromisso de dizer a verdade ou não.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, V.Sa. externou que deseja assumir o compromisso. Eu peço, então, que se prepare o compromisso para que ele possa assinar.

Então, fica informado que V.Sa. está assumindo o compromisso, sob a palavra de honra, e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, rapidamente, acho que seria importante... Nós estamos diante de um fato da maior relevância, que é o prazo de 5 de dezembro para o término das nossas atividades na CPI. Seria



importante tomarmos conhecimento de quais são as diretrizes — até para ficar registrado — que V.Exa. tomou, quais foram os movimentos feitos na direção de que prorroguemos os trabalhos desta CPI, até porque temos outras questões a serem levantadas, investigadas, e o relatório precisa ser apresentado e votado ainda.

Era apenas essa a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É importante essa manifestação de V.Exa.

Quero dizer, em primeiro lugar, que nós votamos um requerimento no sentido de prorrogar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive por sugestão do Deputado Luiz Couto, por 60 dias, tendo em vista a necessidade de se fazer o relatório e de se ouvir os juristas, principalmente, no que diz respeito à questão das legalidades que deverão ser discutidas nas interceptações no futuro, no projeto de lei que iremos elaborar.

Esse pedido, então, foi encaminhado à Presidência e se encontra pronto para deliberação da Presidência, que poderá fazê-lo *ad referendum* do Plenário. Fui informado de que S.Exa. o Presidente da Câmara dos Deputados deseja fazer isso após consultar o Colégio de Líderes. No que diz respeito ao meu partido, eu sei que o meu partido, na pessoa do Líder, disse que concorda com a prorrogação. Eu tive informação — embora ele não esteja aqui — do nosso Relator, que levou essa questão à discussão do PT, e o PT também havia concordado com isso. Então, me parece que o Líder do seu partido, também, se for o caso, se pudesse apoiar, acredito que nós já teríamos a maioria suficiente para que houvesse a prorrogação tão necessária para a conclusão desses trabalhos.

Então, é assim que se encontra exatamente neste momento. Acho que, quando sairmos daqui e formos ao plenário, poderíamos pedir que os nossos Líderes fizessem manifestações nesse sentido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, V.Exa. colocou que as imagens da testemunha... Mas também o nome seria importante, porque as informações serão usadas, agora, o nome dele, também...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os nomes já são de domínio público, porque, quando houve a convocação, a convocação se fez em nome próprio. E também como é um expediente da própria Agência, quando se...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas ele foi convocado, só que agora é um depoimento que ele presta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí esse depoimento pode ter... Quer dizer, pelas informações que ele repassa, pode ter implicações para aquelas figuras ligadas ao crime organizado em que ele fez operação, e que poderá, sabendo que o nome é aquele, poderá também, não tendo a imagem, tendo o nome, ter algum tipo de represália. Daí eu solicitaria que fosse, para essa informação, que lhe fosse dado um nome fictício, para que ele pudesse prestar o depoimento e não ter depois... Porque, se vai sair no relatório que foi o agente Ribamar, ou seja, isso pode ter implicação. É por isso que eu levanto essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Acho que é uma boa questão levantada por V.Exa. e eu vou dirimi-la. Acredito que é o sentimento da maioria aqui que nós não temos por que perquirir fatos que não tenham a ver com o que nós estamos apurando. Então, eu acho que se nós nos detivermos naquilo que nós estamos apurando, no momento, acho que não implica prejuízo de identificar a imagem dele com outras operações passadas. Então, se nos ativermos a isso, acho que nós poderemos ter o nome dele com o nome pelo qual ele já foi convocado, porque isso também é uma figura importante, mas que, de repente, pode ser até desconsiderada por outros setores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, fica assegurado que, se alguma pergunta que for feita disser respeito a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...alguma operação de que ele participou, ele estaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Exceto essa...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...desobrigado de responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Exceto essa específica que nós estamos apurando, o.k.?



Então, eu vou passar a palavra ao senhor, para que o senhor, rapidamente, possa expor aos membros da CPI quem é o senhor, há quanto tempo o senhor está na atividade de Inteligência e, especificamente, sobre a Operação Satiagraha, qual foi o papel que o senhor desenvolveu e de que forma o senhor atuou. Então, o senhor tem, inicialmente, 20 minutos do tempo para fazer essa exposição. Então, com a palavra V.Sa.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Muito obrigado. Exmo. Sr. Deputado Marcelo Itagiba, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Escutas Telefônicas Clandestinas, Exmos. Srs. Deputados, senhores presentes, gostaria de agradecer a oportunidade de ser ouvido por esta Comissão, que vem realizando um trabalho da mais alta relevância para o País, em busca de esclarecimentos da verdade com relação a essa operação. Inicialmente, gostaria de esclarecer que o pedido de *habeas corpus* para que a sessão fosse fechada foi exclusivamente com o intuito de preservar a minha imagem como homem de Inteligência que há mais de 28 anos vem exercendo... Aproveito, ainda, mais uma vez, para reiterar meu agradecimento pela iniciativa desta Comissão em realizar esta sessão aqui, nas dependências da Agência Brasileira de Inteligência. Iniciei minha carreira na atividade de inteligência como agente, em 1980, tendo sido promovido ao cargo de Analista de Informação, que é um cargo, hoje em dia, com a denominação de Oficial de Inteligência, em 1989. Exerci diversas funções ao longo da minha carreira, desde auxiliar até chegar à função de Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência. Participei, ainda, de diversos cursos no Brasil e no exterior e em várias outras operações em conjunto com vários órgãos da administração federal. Por fim, encerro essas palavras iniciais, reafirmando que a ABIN, institucionalmente, não realizou ou patrocinou, nem mesmo colaborou com ações mencionadas na Edição 2.073 da revista *Veja*, de 3 de agosto de 2008, e reportagens subsequentes. Tenho plena confiança de que o inquérito conduzido pela Polícia Federal e também os esclarecimentos que serão dirimidos por esta Comissão esclarecerão efetivamente este mal-entendido. Muito obrigado. Eu me coloco à disposição para todo tipo de pergunta. Quando eu fiz realmente aquele pedido do HC, em nenhum momento eu quis evitar de falar. Por isso eu assumi o compromisso de falar a verdade. Eu queria apenas proteger a minha imagem, porque tudo o que for



perguntado a mim responderei com franqueza e com bastante clareza. Não preparei, não fiz nada de tabelinha, de qualquer coisa aqui para... O que eu vou falar são coisas que realmente aconteceram. É a realidade. Aquilo que é inventado é que se precisa ter um elemento para se seguir. Aquilo que é verdade, o que V.Exas. me perguntarem responderei com toda a franqueza e dentro daquilo que realmente eu sei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado a V.Sa. pelas suas palavras iniciais. Eu vou, enquanto o Relator não chega, lhe fazer alguns questionamentos que acho que são importantes.

O senhor foi o Coordenador da Operação denominada Satiagraha pela Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Eu agradeço essa pergunta do senhor, porque realmente ajuda a esclarecer bastante pontos de algumas coisas que tenham saído na imprensa. Não houve uma coordenação dessa operação aqui dentro da ABIN. Eu tinha a única função — era uma coisa que eu deveria ter colocado no início —, eu tinha a única função de... Fui convidado, fui convocado ou fui realmente mandado a dar apoio, a contribuir com pessoas, de verificar, de juntar esses agentes onde eles estivessem. A minha coordenação tem bastantes operações fora de Brasília. Então, a princípio, deveria ter agentes disponíveis. Mas no momento em que fui convocado para que fosse dado esse apoio, nós não tínhamos... tínhamos pouca gente aqui disponível. Então, lancei mão de pessoas em outros Estados, mas com um único objetivo. Para São Paulo, eu pegava... Inicialmente, eu chamei 5 agentes e mandei para São Paulo. Dois dias depois, juntei 2 que estavam lá em São Paulo, juntei a esse grupo, formaram 7, e o oitavo foi no dia 17. Isso a partir do dia 10 de março. Então, eles se apresentavam lá em São Paulo para o delegado Protógenes ou para o agente Walter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, só para que a gente possa entender bem, vamos por partes...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...para eu até ajudar o seu raciocínio, e para que a gente possa compreender. Então, o senhor... Que atividade o senhor exerce hoje na ABIN?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor, na condição de Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência, o senhor resolveu: *"Eu vou pegar 5 agentes e vou mandá-los para o delegado Protógenes, porque eu conheço o delegado Protógenes, sou amigo dele, ele me ligou e pediu"*. Foi isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Entendi, entendi. Não foi isso, não. Desculpe. Realmente, como começou? Eu recebi a missão do Diretor do Departamento de Contra-Inteligência, Dr. Paulo Maurício, de me comunicar com o Dr. Milton Campana, de quem eu iria receber uma missão de apoio à Polícia Federal. Então, no dia 5 de março, eu fui chamado na sala do Dr. Milton Campana, o adjunto, e lá fui apresentado ao Dr. Protógenes. E a missão que me foi dada foi que eu o apoiasse com pessoal, que eu procurasse agentes para apoiar a operação do Dr. Protógenes. E eu deveria mandar que esses agentes se apresentassem em São Paulo ao delegado. Posteriormente, foi pedido apoio para o Rio de Janeiro também. E isso... A primeira turma que foi para lá, já em abril, porque tinha uma turma que estava trabalhando com outras operações no Rio e que foi deslocada, foi utilizada pela coordenação de lá do Rio de Janeiro, do Dr. Superintendente Joubert, que estava com esse pessoal lá. Então, essa operação começou lá. Eu só entrei nela com o pessoal em abril, quando eu mandei a primeira turma para apoiar essa equipe, e mandei que eles se apresentassem na Superintendência para o Joubert, não foi para ninguém da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para que a gente possa entender: então, o senhor foi chamado pelo seu chefe imediato, Paulo Maurício, não é isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que, por sua vez, disse que o senhor se encontrasse com o Diretor Adjunto Campana, porque lhe seria dada uma missão. Então, o senhor recebeu uma missão institucional da ABIN.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu entendi dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Entendeu dessa forma. Nessa reunião, o senhor foi apresentado... Nós temos a informação de que o senhor foi apresentado ao delegado Protógenes pelo Dr. Paulo Lacerda, e o Dr. Paulo Lacerda estava presente. É verdade ou não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, senhor. Isso não procede. O senhor me desculpe. Foi bom também que o senhor fez essa pergunta, Exmo. Deputado, porque eu já vi uma nota realmente que diz que eu teria sido apresentado ao Dr. Protógenes pelo Dr. Paulo Lacerda. Mas no dia que eu fui chamado — a secretária do Dr. Milton Campana foi quem me ligou e falou que ele estava me esperando numa reunião —, cheguei lá, estavam apenas o Dr. Milton Campana e o Dr. Protógenes, numa sala contígua ao gabinete do Diretor Adjunto. Nem sei se o Dr. Paulo Lacerda se encontrava na ABIN naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, é importante essa informação de V.Sa., porque chegou à Comissão que o senhor teria conhecido o delegado Protógenes no gabinete do Dr. Paulo Lacerda. Então, o senhor está dizendo que essa informação não é verídica, que o senhor o conheceu no gabinete do Dr. Campana.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí o senhor recebeu uma determinação do Dr. Campana de prestar apoio a uma operação que seria desenvolvida ou estava sendo desenvolvida pelo delegado Protógenes.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E, para tanto, o senhor deslocou uma equipe para trabalhar com ele em operações no Rio e em operações em São Paulo. Mas os analistas que foram para a Polícia Federal não eram da sua atribuição. É isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu só tomei conhecimento de que havia um grupo trabalhando aqui em Brasília bem já, praticamente, no final



dessa operação, quando parece que um dos agentes ou um desses oficiais... saiu alguma coisa que ele tinha sido plantado dentro da polícia pelo Dr. Arns. Foi a partir daí, então, que eu soube que havia um grupo que estava trabalhando ou que na hora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, houve uma compartimentação. E, nessa compartimentação, V.Sa. não foi informado de que havia um quadro de analistas. O senhor apenas cuidou do aspecto operacional na rua. É isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Com relação a esses 4 analistas, eu gostaria também de esclarecer o seguinte: quando foi me dada a missão de apoiar a composição me foi pedido que eu fornecesse 4 analistas aqui para Brasília. E eu falei que eu não tinha analistas disponíveis. Também foi falado: "*Não, tudo bem*". Não me foi falado mais se eles iam conseguir ou se conseguiram ou não. Só fiquei sabendo, posteriormente, que tinham entrado realmente 4 analistas nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quanto o senhor despendeu de recursos da ABIN que passaram pelas mãos do senhor nessa operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Também há outro fato importante que V.Exa. está levantando, que eu vou procurar, também, responder da forma mais clara e da forma como eu conheço o trabalho como foi feito, porque muitas ações têm sido colocadas, de valores. Quando me foi dada a missão pelo Dr. Campana, eu perguntei como seria pago, como seriam feitos pedidos de passagem, diária, porque nós temos projetos, e esse dinheiro, esses recursos desses projetos são destinados para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos, as operações institucionais do trabalho. Então, de onde poderia ser tirado? Você me passa os nomes das pessoas para o setor... para o DIVAP, lá do DG. Eu apenas mandava os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor pode explicar o que é DIVAP do DG?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Desculpa, seria a Divisão de... a Divisão da Apoio, diretamente ao corpo da Diretoria Geral, o qual o próprio Dr. Milton Campana comandava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então o Dr. Campana é o Diretor-Geral da Agência? É isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Ele era o diretor... Porque essa DIVAP fica ligada tanto ao Diretor-Geral como ao Diretor-Geral Adjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas o DIVAP é um órgão da direção geral?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É um órgão da direção geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem era o Diretor-Geral?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Nesse DIVAP que o senhor fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, quem é o Diretor-Geral?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - O Diretor-Geral é o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então está bom. O senhor pode prosseguir.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Então eu enviava os nomes para o DIVAP, e eles então preparavam os pedidos de diárias e passagens e para os locais que eu determinava. Então eu enviava tantos nomes para São Paulo, no dia tal e tal. Então eram tiradas diárias e passagens para esses agentes, para esses locais. Foi pedido, depois, que fosse feito um levantamento. Isso, posteriormente, foi pedido pelo Tribunal de Contas. Acho que foi encaminhada, também, a esta CPI a relação de nomes e de diárias e passagens, acredito, de todos os agentes que viajaram nesse período a serviço dessa operação que se denominou Satiaghara. Ele dá o total de 347 mil, mais ou menos — 337, algo por aí —, de diárias e passagens. E foi gasto de verba operacional, de alimento, aluguel de veículos e tudo, 42 mil, 731 e 69 centavos, que foi de verba operacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para eu entender uma coisa. O senhor tem uma verba, que o senhor administra na sua área de operações.



Mas como o senhor disse, essas verbas já estavam dirigidas ou alocadas para ações institucionais da Agência. Então, pelo que pude entender, essa ação não era uma ação institucional, logo teve que obter outros recursos junto à direção geral. É isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Acredito que sim. Em princípio, durante o primeiro mês... porque esse apoio foi pedido pelo período de... até o dia 30 de março; não se estenderia. Então, até o dia 30 de março foi enviado o nome para que esse DIVAP tirasse... porque ainda não havia de onde, acredito, de onde deveria sair esse recurso. Mas, a partir de abril, quando foi pedida uma prorrogação desse pessoal — o delegado pediu que fosse prorrogado, porque ele não iria concluir o trabalho dele dentro daquele período —, então foi mandado para o departamento, o DCI, esse pedido de diárias e passagens. Então, o DCI é que passou a fazer os pedidos de diária e passagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É verdade que houve uma controvérsia entre o senhor e o delegado Protógenes, em que o senhor defendeu a instituição ABIN, e o delegado Protógenes entendia que a ABIN deveria fazer uma determinada ação que o senhor julgava não ser necessária ou então que colocaria a Agência em risco, que foi a utilização do carro técnico solicitado por ele numa determinada ação aqui em Brasília?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, aqui em Brasília, ele nunca me pediu que fosse utilizada viatura técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não lhe pediu utilização de viatura técnica para acompanhar um determinado encontro que se fazia num determinado restaurante? Era bom o senhor pensar bem nisso, para que... aí o senhor disse: *“Não, é melhor não fazer, porque nós já temos alguns problemas e talvez eles possam...”*.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Só que não foi realmente uma viatura técnica. Ele pediu um apoio para que fosse realmente feita uma cobertura num restaurante. Ele não especificou se era de viatura ou não. O senhor me desculpe. Então ele me pediu que eu mandasse uma equipe lá. E eu entendi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Para onde? O senhor se lembra para onde?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ele só me falou que seria num restaurante japonês que havia na 409 sul. Ele não me explicou nome, não me explicou nada. Então eu entendi que o horário... e também o pedido que estava sendo feito eu não poderia atendê-lo, porque eu não queria colocar o pessoal nosso envolvido com... exposição, mesmo porque eu não sabia o que, quem estaria lá e o que deveria ser feito. Na verdade, eu não passei essa missão para frente e não mandei ninguém. Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor realizou alguma missão a pedido dele no Supremo Tribunal Federal?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor, em algum momento, esteve com o delegado Protógenes? Quantas vezes, aqui na Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Somente no dia 5 de março, na sala do Dr. Milton Campana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Na sala do Dr. Milton Campana.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor teve agentes envolvidos nas ações no Rio, em São Paulo e onde mais?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Rio e São Paulo. Houve um pedido para Salvador, mas eu não tinha ninguém. E também não me foi falado o que era. Só perguntou se eu tinha gente lá, eu falei que não. Também não foi à frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou me reservar para fazer as perguntas mais na frente. Vou passar a palavra ao Deputado Vanderlei Macris para os seus questionamentos.

Deputado Vanderlei Macris com a palavra.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu só tenho alguns esclarecimentos aqui, depois o Deputado Fruet pode seguir.

Primeiro, Sr. José Ribamar, muito obrigado pela sua contribuição com a CPI. O senhor disse que tem... Queria entender um pouco o volume de recursos que



foram gastos com essa operação. Qual o tempo de operação e qual o valor total? Esses 42 mil e 731 foram os recursos totais despendidos nessa operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, Excelência. Foi de verba operacional.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor solicitou mais verba? Por que verba operacional? Existiam outras verbas também?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, porque foi gasto com diárias e passagens.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quanto foi o total?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Diárias e passagens foi trezentos e... acho que 337 mil. Não posso precisar, porque isso é uma conta lá da área administrativa. Mas em diárias e passagens para esses agentes...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então o total foi por volta de 380 mil reais.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Foi sim, senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Gasto com essa operação de 30 dias?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não foram 30 dias. Foi o total.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quanto tempo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - De 10 de março até 18 de julho, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quanto tempo dá? Dez de maio, 10 de junho... Quatro meses, mais ou menos, não é?

O senhor sentiu necessidade de solicitar mais recursos para essas operações?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, senhor, porque eu não tinha essa missão, essa incumbência de me preocupar com relação a valores. Era um trabalho que estava sendo ordenado pela direção geral...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Esse trabalho feito pela direção geral era... Tipo assim: *"Colabora com a operação do Dr. Protógenes, e o que for gasto será coberto"*. É isso?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - A mim mesmo não foi falado dessa forma, porque eu, dentro do meu nível... tem 3 escalões acima de mim. E tem o meu diretor, no DCI, que é o Dr. Paulo Maurício. Então, quando havia a necessidade de pedido de colocar mais gente ou de prorrogar, eu levava para o Dr. Paulo Maurício, que levava à frente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E o Dr. Paulo levava para quem?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Para o Dr. Milton Campana. Daí para frente eu não sei.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E o Dr. Milton levava para quem?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não sei, porque aí eu não tenho mais acesso. Meu acesso era só até o Dr. Paulo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas todas as suas solicitações eram atendidas?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Todas passaram pelo Dr. Paulo Maurício. Nenhuma delas eu levei direto para quem quer que seja.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor entende que foi uma determinação oficial essa que o senhor recebeu?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu entendo, até porque aqui na ABIN nada se faz sem conhecimento da direção geral. Qualquer tipo de operação, qualquer movimento que eu tenho que fazer com um agente para tirar ele de um canto para o outro, mesmo que seja por um dia, eu tenho que informar isso, porque nós temos a coordenação, e a própria diretoria do departamento ela tem de tomar conhecimento de onde está e para onde vai cada agente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então a direção geral tinha conhecimento.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Porque isso implica — porque dinheiro, recurso — autorização.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quer dizer, o Dr. Paulo Lacerda tinha conhecimento então de todas essas operações?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu acredito que sim, não é?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eram feitos relatórios para os seus superiores, de todas as atividades?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, porque nunca veio um relatório para mim, nem tampouco... porque a minha missão era pegar os agentes e mandar para São Paulo ou para o Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quantas tarefas realizaram esses agentes, nesses 4 meses?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eles realizaram tarefas sob o comando do delegado Protógenes ou de um agente Walter, que era para onde eu mandava que eles se apresentassem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor não tinha conhecimento de quais tarefas eram realizadas?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. O que me foi pedido é que eles deveriam fazer acompanhamentos e trabalho, serviço de análise.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ué! Mas o senhor acabou de dizer que os analistas não foram autorizados!

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não, mas isso lá em São Paulo, porque, independente dos analistas que me pediram aqui, para Brasília, eu não...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ah, em São Paulo, sim.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Em São Paulo, sim. Em São Paulo...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E as especialidades desses agentes quais que eram?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Em cada equipe sempre iam 2 analistas.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Dois analistas.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então existiam 2 analistas nessa área também?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Existiam 2 analistas.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eles realizavam que tipo de análise dessas informações?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não procurei saber, porque há uma questão de compartimentação dentro de um trabalho tanto da ABIN como, acredito, na própria Polícia Federal. Aquilo que não é de nosso... que nós devemos conhecer, não devemos pedir, e aquilo que não nos for fornecido a gente também não cobra, não pede, então aceita.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Deixa eu perguntar uma questão, Sr. José Ribamar. Como pode haver um gasto de quase 400 mil reais e não se tomar conhecimento do que está sendo realizado? E aí há até o interesse público nessa questão. Quer dizer, superiores de um grupo de agentes que estão realizando um trabalho não tomarem conhecimento nenhum do que está sendo realizado, com um gasto de quase 400 mil reais. É normal isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Bem, não deveria ser normal, pelo simples fato de, por acaso, ocorrer isso de uma vez. Com certeza teria tido de si o controle, se a operação fosse da ABIN. Com certeza a gente teria toda a documentação, a gente teria tudo, até os gastos seriam planejados antes. Mas como veio a missão, que era pedido por 30 dias, e, após vinte dias, mais ou menos, porque eu pedi que se fossem prorrogar que me informassem com antecedência, porque tinha que haver pedido de passagens e diárias.... Então, isso aí não era de uma vez que elas iam. Cada equipe que foi era em torno de, cada vez que trabalhava, em torno no máximo 20 agentes juntos, que eram 10 em São Paulo, no máximo. A maioria eram 8 agentes, e 8 no Rio de Janeiro. Então, em momento nenhum trabalharam muitos agentes de uma vez. Então, como era... havia a necessidade de pedir que fosse... ou mantido, como houve vários casos de agentes que eu deixei por lá, proroguei o período deles, para não tirar outras passagens, então, isso aí era mandado direto para a diretoria, passava para o Departamento de Contra-Inteligência, para o Dr. Paulo Maurício.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor precisava justificar para os seus superiores a necessidade de mais recursos e mais tempo para a investigação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - O que eu justificava era que o delegado pediu que fosse prorrogado por mais tantos dias. Passava isso para o Dr. Paulo Maurício.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor não tomava conhecimento do que estava sendo feito, então?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, senhor. Aí o Dr. Paulo Maurício levava para a frente, e em pouco tempo vinha a resposta então...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Dr. Paulo Maurício, o Dr. Lacerda não perguntavam ao senhor como é que estava indo a operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor nunca prestou informações ao Sr. Paulo Lacerda sobre essa operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Nunca prestei informação a ele, assim como o delegado Protógenes nunca prestou informação a mim do que estava sendo feito. Apenas...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nem os seus subordinados lhe falavam o que estava acontecendo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Também eu não perguntava.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas veja bem, o senhor mantém por 4 meses um grupo de seus funcionários, de seus colaboradores numa operação, gastando quase 400 mil reais, e o senhor em momento nenhum procurou saber o que eles estavam fazendo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Parece estranho, Deputado, mas acontece que a questão é que, para mim e para todos os agentes que trabalharam nisso era operação institucional, era uma coisa que era compartimentada, por isso nós não deveríamos tomar conhecimento. E eu fazia aquilo que a direção geral mandava, aquilo que o meu diretor mandava. Eu ligava para ele e passava a demanda: está sendo necessário que seja prorrogado o período da equipe de São Paulo. Ele levava isso para frente, em pouco ele me ligava: *"Pode fazer a substituição"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris, se V.Exa. me permitir...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...o agente Ribamar é um homem experiente, um homem antigo na atividade, e me parece que as atividades



se modificaram muito na Agência Brasileira de Inteligência. Me parece que não se usa mais a doutrina de inteligência, não no sentido de que as coisas são compartimentadas, mas no sentido de que o chefe tem o dever e a obrigação de saber o que os seus homens estão fazendo. Então, eu não sei se mudou a doutrina de inteligência, se mudou a forma de atuação ou se só nessa operação específica é que a ABIN deixou de cumprir com o seu dever, de cumprir com a sua obrigação de ter os chefes informados do que os seus homens fazem no campo. Porque imagina se amanhã se determina algo indevido ou irregular, o agente cumpre? Isso vai recair na cabeça de quem? De quem comandou. Então, eu peço ao Sr. Ribamar que ele reflita, porque eu sei que aqui nada é feito sem um plano estruturado, sem uma ordem de missão expedida, sem um relatório e sem uma fiscalização. Então, eu peço a ele que ele reflita, porque essas perguntas de V.Exa. são perguntas muito importantes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E outra, Presidente. Imagine o senhor, num órgão público, onde tem aí uma orientação de participação de um grupo de agentes numa operação, se destinam quase 100 mil reais por mês para um grupo de quantas pessoas, Sr. Ribamar? Quatro pessoas, 4 agentes, nessa autorização?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Era na faixa de 8 para cada lugar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem, 100 mil reais por mês de destinação de recursos e não se tem informação nenhuma sobre o que aconteceu. Eu confesso, Sr. Ribamar, que é um pouco estranho isso. Eu queria complementar as posições do Presidente para o senhor refletir bem e nos informar efetivamente sobre o que é que estava acontecendo.

Por exemplo, uma outra questão: o Dr. Protógenes tinha contato aqui na ABIN após essa decisão no encontro dos senhores com Paulo Maurício? A partir daí o Dr. Protógenes falava com quem aqui na ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Desconheço.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Era diretamente com o Dr. Paulo Lacerda?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não sei. Não posso lhe afirmar, porque a única vez que eu soube que o Dr. Protógenes esteve aqui foi no dia 5, quando eu me encontrei com ele.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor não sabe de nenhum contato dele diretamente aqui na ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não sei não, senhor. Com relação...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sim.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - ...com relação... Voltando ao que o senhor perguntou, com relação a desconhecer a questão do que estava sendo feito, eu recebi uma missão de mandar que outros agentes se apresentassem ao delegado Protógenes, em São Paulo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Do Dr. Maurício?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Dr. Paulo Maurício. Então, eu mandava 8 agentes se apresentarem ao Dr. Paulo... ao doutor... ao delegado Protógenes, em São Paulo. No Rio de Janeiro, eu recebi a missão de mandar 8 agentes se apresentarem ao superintendente, ao Joubert. Eu mandava que esses agentes se apresentassem lá. Então, o que eles produziam, o que eles faziam era responsabilidade deles, porque a minha única missão era pegar esse agente em São Paulo, ou no Ceará, onde ele estivesse, agente operacional disponível, procurar me entender junto com o superintendente dele se ele poderia liberar aquele elemento para fazer um trabalho para a coordenação. Então, ele disponibilizava, vai fulano, vai sicrano, e eu mandava a relação para que eles se apresentassem no Rio para o Joubert ou em São Paulo para o Protógenes. Então, o que eles estavam fazendo lá...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E supria todas as necessidades de recursos que tinham.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente. O que eles estavam fazendo lá era de única responsabilidade e coordenação dessas pessoas, não era minha.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tudo bem. Essas colaborações entre a Polícia Federal e a ABIN são usuais?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Há muito tempo. Eu pelo menos trabalhei em várias.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quais, por exemplo, que o senhor se lembra?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Bem, eu trabalhei em algumas ligada a contrabando, ligado...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tinham nome as operações de que o senhor participou?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tinham, mas eu acredito que não vai contribuir muito para a Satiagraha, porque são operações que já se passaram, que foram...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não, não. O importante para nós é saber até que ponto ia esse tipo de cooperação entre a Polícia Federal e a ABIN, até que ponto isso era trivial, era usual. Se aconteciam, quais as operações de que o senhor participou?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Aqui dentro da ABIN ela tem um nome e, com certeza, durante o andamento dela, ela muda de nome. Então, eu poderia dizer para o senhor o nome de operação que o senhor pode não encontrar, e achar então que eu estaria mentindo, entendeu?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei. Mas eram usuais.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eram usuais.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - De quantas operações o senhor participou, mais ou menos?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu participei de pelo menos... Desde 86 que eu participo de alguma operação em conjunto com a Polícia Federal. Uma delas que eu posso citar o nome foi a Operação Bandeirantes, onde tinha... se prendia o contrabando. O envolvimento era com contrabandistas. E já trabalhava com eles, e nunca houve problema. *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Hoje, quantas operações tem em andamento entre a ABIN e a Polícia Federal?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Nenhuma mais, que eu saiba.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nenhuma mais.



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Pelo menos no meu departamento não tem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Depois da Satiagraha terminou.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Depois da Satiagraha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris, eu queria lembrar o depoente, porque eu acho que é importante, que ele já prestou depoimento na Polícia Federal sobre esses fatos. Então, é importante que não haja conflito entre os depoimentos prestados lá e os depoimentos prestados aqui, porque, como ele assumiu o compromisso, isso pode... E me parece que algumas das questões que foram respondidas lá não batem com as que estão sendo respondidas aqui. Então, eu peço que V.Sa. se lembre bem dos termos do que disse lá, para que não haja conflito entre os depoimentos prestados lá e os depoimentos prestados aqui, para que isso não possa, no futuro, vir a lhe prejudicar. Então, é importante que V.Sa. possa esclarecer os Deputados da mesma forma que V.Sa. esclareceu no inquérito policial. Porque parece que algumas das informações que V.Sa. está prestando aqui não estão muito consonantes com aquelas que o senhor prestou à Polícia Federal. Só para lembrá-lo disso.

Deputado Macris com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Para concluir, Sr. Presidente, eu queria perguntar ao Sr. Ribamar o seguinte: o senhor confirma então que foram 4 agentes aqui em Brasília, ou melhor, 8 agentes, é isso, que o senhor disponibilizou para essa operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Isso... Oito agentes de 10 de março até o dia 30.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E depois?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Aí eu proroguei, botei mais 30, botei mais 10 em São Paulo e 10 no Rio de Janeiro. A primeira turma do Rio foi a partir do dia 30 de abril.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Qual foi o total de agentes que participou dessa operação que o senhor organizou?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Setenta e cinco agentes...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Setenta e cinco.



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - ...no total. No primeiro momento foram 8, que foi na primeira equipe que foi para lá. Isso aí também... Eu acho que é um momento que eu posso tentar esclarecer alguma dúvida, porque no depoimento do Dr. Paulo Lacerda ele falou em 8, no do Dr. Paulo Maurício ele falou em 56, e o total chega a 75. Por quê? No primeiro momento foram mandados de 9... de 10 até 30, para São Paulo, 8 agentes. E a Polícia Federal... Talvez tenha sido esse o motivo de o Dr. Paulo ter falado 8, porque a Polícia Federal, quando ela começa uma operação, ela envia uma quantidade xis de agentes, e aqueles agentes ficam, durante uma operação, durante todo o tempo que ela existir. Então, se ela for passar 3, 4 meses, 1 ano, vai ser um grupo que foi mandado em princípio. Se foram 10, se foram 100, ficarão nesses 100. E a ABIN, não. A ABIN trabalha com escala. Ela, de 20 em 20 dias, troca o seu pessoal. Então, se ele desconhecia que a gente fazia a substituição, ele amarrou em 8, mas só que houve substituições depois. Quando houve pedido de prorrogação, foi substituído o pessoal. Não ficaram os 8 que estavam lá. Então, os 8 que estavam lá saíram, foram mais 8 para lá e depois 8 para São Paulo. Não, para o Rio.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Primeiro foram 8 na equipe, depois, São Paulo, mais 8...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Mais 9 para...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nove para São Paulo. Que mais, para chegar aos 75?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Aí 75, no período até julho foram trocadas várias equipes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nos 4 meses.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente. Então, teve equipe que teve 10, equipe que teve 5.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem, Sr. Presidente. É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Macris.

Vou passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Luiz Couto, para seus questionamentos.



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu gostaria só de um esclarecimento aqui com o Exmo. Deputado Marcelo Itagiba. Quando o senhor fala que alguma coisa que eu possa estar falando aqui não está batendo com o que eu falei nos depoimentos lá, na Polícia Federal e no GSI, eu, em todas as oitivas que eu tive, tanto na Polícia Federal foram duas, no GSI eu fui chamado duas vezes lá, e a forma como foi me feita a pergunta, eu respondi todas elas com toda a sinceridade e sem criar nenhum tipo de dúvida, justamente porque a partir do momento em que eu procuro falar aquilo que aconteceu realmente, eu não vou correr risco de mentir. Então, o que pode acontecer é de eu esquecer alguma coisa ou, da forma como foi feita a pergunta, eu responder talvez de forma diferente, mas nenhuma delas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É por isso que eu fiz questão de lembrar V.Sa.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor. O senhor me desculpa se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora uma pergunta. Eu até fiquei curioso agora. O senhor trouxe um dado que me parece... O senhor foi depor duas vezes na GSI, por quê?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Na GSI porque eles quiseram saber a respeito da participação do pessoal daqui de Brasília, se tinha sido eu que tinha coordenado, porque havia saído na imprensa que havia uma sala que tinha... que o agente teve acesso a CDs e ao relatório, não sei o que mais. Então, me chamaram lá porque, no meu depoimento, me perguntaram sobre isso e eu desconhecia. Me chamaram lá para perguntar. Tanto que o general mandou que eu lesse, que eu fizesse a leitura da primeira oitiva, eu li, perguntou se eu queria fazer retificação, eu falei que não, e ele então começou a me perguntar e tudo o que eu tinha respondido antes eu respondi novamente, e eu acho que ele se sentiu esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então me parece que o general não estava esclarecido, ou seja, posso imaginar que o general não tinha conhecimento do que se passou na ABIN, que, na verdade, a partir dos relatos que os senhores fizeram é que ele veio paulatinamente a tomar conhecimento do que se processou nessa chamada, vamos dizer, Operação Satiagraha. É isso?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Esse general que me ouviu foi o Gen. Oliveira, não foi o Gen. Félix.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem é o Gen. Oliveira?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É o que está presidindo a CPI do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O procedimento administrativo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - O procedimento administrativo daqui de dentro, da participação do pessoal. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem.

Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, a testemunha entrou, em 80, na atividade.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você disse que a partir de 89 é que começou a trabalhar como analista de informação. Antes desse período de 80, o que você fazia no setor de informação, de inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Antes de 80?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, antes de 89.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ah, eu era agente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agente.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Agente de...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Fazia investigação.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Trabalhava no setor de inteligência ou de contra-inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sempre na área de operações dentro da ABIN. Desde a época do antigo SNI, na área de operações e...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Operações.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, era mais trabalho de operação.



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sempre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você, no caso, para ser analista de informação, frequentou cursos nesse período.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Correto?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Correto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a partir daí, você começou a trabalhar nas operações de contra-inteligência. Correto?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Me desculpa, Excelência. As operações de contra-inteligência eu vim praticamente coordenar ela a partir de 2005, mais ou menos, que eu vim trabalhar com a contra-inteligência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando você saiu do... você era analista de inteligência.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Aí eu trabalhei em todas as áreas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando você concluiu seu trabalho como analista, você passou a trabalhar no setor de operações de contra-inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não era só a contra-inteligência. Nessa época, eram operações de inteligência, contra-inteligência, contra-espionagem, contraterrorismo, tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, é isso aí. Está bom. Então, era um trabalho que envolvia várias vertentes.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto ao senhor se alguma vez, nesse trabalho todo, como agente, como analista, como pertencente ao setor de inteligência, de contra-informação, de contra-inteligência, foi cedido para um outro órgão para realizar alguma missão. E se foi, se foi de forma formal, formalizada ou se foi cedido sem nenhuma formalização?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu trabalhei uma época no GDF, mas não na área, não cedido para trabalhar na área de inteligência. Eu fui Diretor de Serviço Público no Governo — em 94, mais ou menos, terminando... — na área operacional, mas na área de inteligência não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas, por exemplo, vamos supor que a Polícia Federal tivesse feito uma operação e solicitado à ABIN, ou ao setor que V.Sa. colocava, pedindo para que o senhor pudesse ser cedido para uma missão oficial. Se o senhor alguma vez foi cedido para ocupar um cargo de gestão pública, no caso. Alguma vez o senhor foi requisitado...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Requisitado para qualquer tipo de serviço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... pela Polícia Federal ou por algum outro órgão de inteligência para realizar um trabalho na área da sua competência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu, alguma vez, fiz algum tipo de serviço, mas no período em que a própria ABIN junto com a Polícia Federal fizeram algum tipo de trabalho e não lograram êxito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Então, eu fui destacado para ali trabalhar sozinho para buscar meios — entendeu? —, provas e recursos, para voltar então... para ser repassado para a Polícia Federal e ela então concluir os trabalhos. Mas foi dessa forma, não requisitado diretamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor disse que recebeu uma ordem do Diretor Paulo Maurício. Disse: *“Se apresente ao Dr. Campana que ele tem uma missão para você”*. É?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Foi assim, dessa forma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi isso aqui. Naquela época, naquele momento, estava também o Dr. Protógenes? Na hora que o senhor se...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Que eu me apresentei?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você se apresentou. Também o Dr. Protógenes estava lá com o Dr. Campana?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Quando eu fui chamado, estava o Dr. Protógenes junto com o Dr. Campana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E aí o senhor foi apresentado... Agora, foi solicitado do senhor que queriam 8 agentes. Correto?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pediram 4 analistas, que o senhor disse que não tinha condições de oferecer e forneceu agentes. Mas o senhor sabia o que esses agentes iriam fazer, ou não? Apenas o Dr. Protógenes disse: *“Eu quero 8 agentes e 4 analistas de informação”*. E o senhor disse: *“Olha, eu não tenho condições de fornecer 4 analistas, porque eu não tenho”*.

Mas esses agentes sabiam o que eles iam fazer ou isso ficava na competência do que o Dr. Protógenes iria colocar para eles?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. A pergunta de V.Exa. é bastante interessante pelo seguinte: porque isso indicaria que eu teria que mandar pessoas com determinadas habilidades. Então, me foi pedido que eu mandasse, aqui para Brasília, 4 pessoas. Eu falei que não tinha. Então me esqueceram. Arrumaram em outro lugar. Para São Paulo, que eu arranjasse 2 analistas que iriam trabalhar com análise de documentos. Então, eu teria que procurar pessoas que tivessem boas caligrafias e que tivessem condições de fazer realmente uma boa redação de documentos. E aí, entendendo que a coisa é institucional, eu procurava os melhores, porque eu não iria colocar, numa operação em conjunto com um órgão parceiro, mandar pessoas que não teriam condições de cumprir aquele trabalho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, esses agentes, eles iam sabendo o que iam fazer?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - De análise, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Com aquelas atribuições?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma coisa que eu achei interessante — não sei se V.Exa. prestou atenção —: *“Eles me esqueceram”*. Como quem diz: *“Não estou concordando muito com isso. Ainda bem que eu não consegui mandar. Me esqueceram”*. Aí, depois, surgiu uma outra situação em que ele acabou tendo que ceder.

Houve da parte dele algum desconforto em atender essa situação, porque talvez entendesse que não era devido, não era correto, não era apropriado, ou porque tinha outras missões que ele não poderia abrir mão de gente?



Se V.Exa. me permitir, Deputado Luiz Couto, acho que seria importante ele esclarecer isso.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor, Deputado. Desculpe, se eu não esclareci antes. Mas não houve desconforto. Foi apenas um comentário — o senhor me desculpe —, quando eu falei “me esqueceram”, porque não me procuraram mais. Essa que é... Na verdade, é isso: não me procuraram mais quando eu falei que não tinha analista aqui, em Brasília, à disposição. Então, naturalmente, depois, como surgiram esses agentes, esses analistas nesse trabalho, então, acredito que... Por isso que eu falei: “*Me esqueceram*”. Mas o senhor me desculpe o termo. Mas, na verdade, quando os agentes queriam para análise em São Paulo, queriam 2. Então, eu procurava pessoas que tivessem condições de fazer um documento. Afinal de contas, eu não iria mandar a qualquer outro órgão, que me pedisse, pessoa para fazer um determinado trabalho. Eu iria procurar pessoas com capacidade de fazê-los. E os outros agentes iriam para fazer trabalho de levantamentos de endereços e acompanhamentos. Então, tinha que procurar agentes também que tivessem condições de fazer trabalhos de acompanhamentos e de levantamentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ribamar, você, durante esse tempo de atividade, alguma vez você trabalhou com o Ambrósio?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Trabalhei com o Ambrósio há muitos anos, quando ele era daqui, da Casa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da Casa?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E depois que ele se aposentou, o senhor não teve mais contato com ele não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Depois que ele se aposentou eu encontrei com ele em 96, mais ou menos. Ele estava trabalhando, acho, que numa campanha, trabalhando junto numa coordenação de uma campanha de um Deputado aqui, em Brasília. E nunca mais eu o vi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em Brasília?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E não teve nenhuma atuação, assim, em termos do trabalho de informação com ele, não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

A *Folha de S.Paulo* traz algumas informações e era bom que o senhor pudesse... Ela fala como se fosse uma verdade, e eu quero que o senhor diga se corresponde ou não. Diz o seguinte: que o senhor entregou à PF uma tabela com o nome de, pelo menos, 61 servidores e que o senhor teria requisitado esses servidores do Paraná, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Pará, do Ceará, da Bahia, do Maranhão, do Rio de Janeiro, de Goiás e do Mato Grosso do Sul. Isso corresponde à verdade?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Corresponde. Durante o meu depoimento na Polícia Federal, em que estava sendo apurada a questão do vazamento, acho que da primeira notícia de que a família do banqueiro estava sendo investigada — isso aí saiu na imprensa —, então, eu fui chamado lá sobre esse vazamento. E o próprio Dr. Amaro, o Delegado Amaro, ele me perguntou quem eram as pessoas que estavam em São Paulo e no Rio naquele período e falou que tinha uma relação das pessoas que tinham sido hospedadas no Hotel São Paulo, que era para onde o pessoal ia. Eles se apresentavam lá para o delegado, para o Valter, no Hotel São Paulo. E até mesmo para que não fossem colocadas pessoas que não estiveram naquele período, não estiveram trabalhando ali, então, eu forneci o primeiro nome das pessoas. Ele quis o nome completo, e aí ele pediu oficialmente para o órgão, porque eu não tinha o nome completo dessas pessoas. Foi assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Diz também a matéria que o senhor tinha por responsabilidade todas as operações de contra-espionagem em Brasília. Era isso mesmo? Era o senhor que tinha essa... na operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Na Satiagraha?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Não senhor. Eu não trabalhei nessa operação, só na Agência.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor tem competência no caso de contra-espionagem aqui nas atribuições que o senhor tem na ABIN. Mas o senhor não trabalhou para a operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Não, senhor. Não trabalhei nessa operação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está o.k.

Também a matéria diz que o senhor coordenou os demais agentes no apoio dado ao Delegado Protógenes. Coordenou?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu coordenei a escala. Apenas isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Escala, só?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - A escala só.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não tinha contato com esses agentes?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não tinha contato. Não, não, para dar missão para ninguém.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Durante o tempo que eles ficaram servindo, eles retornavam, o senhor mandava outra turma.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente. Mandava outra turma 1 dia antes de a outra vir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Esses servidores, além da passagem, porque alguns vieram de outros Estados, também tinham diárias?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tinham sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem pagava essas diárias era a ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - A ABIN.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A ABIN.

Era paga em dinheiro ou como é que era? Por recibo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não. Era através do setor de administração.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era. Uma coisa que, normalmente,...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... o agente vai fazer, também tem isso aqui.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor. Por isso que, para mim, era institucional, porque nada foi feito sem que fosse feito direto pela administração. Então, presidiária, a passagem, era tudo formalizado. Não tinha nada informal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conhece o Lúcio Fábio Godoy de Sá?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Conheço, sim senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Trabalha com o senhor?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Ele é um dos agentes, um dos analistas que foi colocado para trabalhar aqui, em Brasília. Eu fiquei sabendo aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não é na lista da ABIN, não.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não é analista meu. Ele era analista da ABIN de outro departamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De outro departamento?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não foi o senhor que designou?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não fui eu que designei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí fala de Nacib, Luiz e Márcio Seltz. Vocês foram...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Também conheço. Também são do mesmo grupo junto com o Lúcio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E não foi o senhor que liberou esse pessoal não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Também não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E foi outro setor da ABIN que liberou?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Outro setor da ABIN que forneceu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual o setor que liberou? O senhor sabe?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sei. O Márcio Seltz...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Parece que foi o Dr. Campana, direto. Não é?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - O Márcio Seltz acho que foi o Dr. Campana, direto. O Lúcio, o Nacib e o Luiz, o Dr. Campana parece, pelo menos é o que eles declararam, que foi pedido para... eles são do Departamento de Operações Estratégicas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - O DEIA.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A matéria coloca que essa questão toda da operação teria um caso de espionagem internacional. Fala que haveria uma espionagem internacional, e que o senhor teria ouvido do Delegado Protógenes que o caso envolvia espionagem internacional. O senhor ouvir do Delegado Protógenes dizer que esse caso da operação envolvia uma espionagem internacional?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - O histórico dessa operação, Excelência, o histórico dessa operação eu não tomei conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, o senhor não ouviu, o Dr. Protógenes nunca falou para o senhor que essa operação...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não. Para mim, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... estava envolvendo espionagem internacional, inclusive que envolvia o filho de Lula, que teria sido cooptado pela organização criminosa e também a ligação com o israelense Avner Shemesh, que foram contratados pela organização. Nunca o Delegado Protógenes falou para o senhor sobre essas pessoas?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, para mim, não. Mesmo porque eu não tinha que saber disso. Isso era uma operação deles. Se ele falou para alguém é para quem interessava, para mim, era só isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas é porque a matéria diz que o senhor teria ouvido dele.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não tomei, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, eu só queria saber disso aqui.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Essa matéria é fantasiosa. Não ouvi isso, não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Agora vou passar a palavra ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. José Ribamar, eu pergunto ao senhor — o senhor falou que 75 agentes da ABIN participaram da operação —: esses 75 agentes foram por quanto tempo e, se foram, de forma integral, exclusiva para a Operação Satiagraha?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Excelentíssimo Sr. Deputado Domingos Dutra, essa é uma pergunta também bastante interessante, porque ajuda a tentar esclarecer essa questão da quantidade e de tempo que foram demandados esse trabalho desses agentes. Começaram de 10 de março e foram até 18 de julho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Integralmente? Exclusivamente?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Integralmente e exclusivamente, trabalharam na faixa de 56.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Integralmente, 56.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor. Por que integralmente? Porque, em torno de uns 12, mais ou menos, 12 ou 13, eles estavam em outras operações e, de alguma forma e de outra, eu desloquei eles para trabalharem nessa operação. Por quê? Às vezes havia o pedido de que fosse continuado o trabalho. Então, eu não tinha tempo de mandar tirar PCPD, diária, passagem para alguém. Então, se eu tinha a operação na área, eu mandava que um agente se apresentasse para o chefe da equipe de São Paulo e ele era engajado. Às vezes, ficava uma semana naquele — era o tempo que eu conseguia alguém de outro Estado para mandar — e aí ele voltava, então, para o trabalho dele normal. Então, ele não ia para ali exclusivamente. E também nem todos eles poderiam dizer que estavam lá única e exclusivamente para trabalhar nisso. Por quê? Como o DCI — eu acredito que entrou nisso porque tinha operações tanto no Rio como em São Paulo, porque poderia ter sido qualquer outro departamento —, o DCI não era o departamento que tinha mais gente, mas tinha essas operações nesses locais. Então, havia o pedido de passagem e diária. Foi colocado nas rubricas do



Departamento de Contra-Inteligência o pedido de passagem e diária desse pessoal. Daí o motivo de ter sido só com o DCI, ter continuado esse trabalho com o DCI e de ter ficado o pessoal achando que estava trabalhando tranquilamente. Mas eles eram pedidos para trabalho em outras operações. E acabaram sendo colocados.... Foram e ficaram só nela, porque não foram usados em outras operações.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia informar esses 56 agentes que trabalharam integralmente em que território eles atuaram?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Bem, eles trabalharam só São Paulo e Rio. Agora são de vários Estados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - São Paulo e Rio.

Todos eles, a liberação deles passava pelo senhor, os 56 e os 75?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Passaram. Dos que trabalharam, todos passaram.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quais eram as funções de tantos agentes, além dos analistas que o senhor disse que não cedeu porque não tinha?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. A função deles era: foi pedido para que eles fizessem o trabalho de vigilância, desculpe, de levantamento, de acompanhamento de endereço e tudo o mais — o que tinha, o que funcionava naquele local. Agora, é lógico que se eles foram utilizados em outra missão, isso aí eu desconhecia. Não foi essa a missão que eu paguei. Porque eu não paguei missão para nenhum deles: eu mandei que se apresentassem para o delegado em São Paulo e para o Joubert, no Rio. Não dei missão para nenhum deles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe informar quantos agentes da PF também participaram dessa operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não sei, não, senhor. Eu sei que em São Paulo havia um agente para quando o Protógenes não se encontrava lá — quando o Delegado Protógenes não se encontrava lá. Era o agente Valter que era o encarregado de receber as equipes. Então, não sei quantos tinham da Polícia Federal trabalhando ali.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nem de outras instituições, como Polícia Militar?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não sei, não, senhor.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor considera que é só da ABIN 56 agentes de forma integral, 75 de forma não integral, ou seja, 19, com mais da Polícia Federal, você acha que é normal essa quantidade de agentes públicos numa operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Por parte da ABIN costuma ter sempre um número mais elevado. Porque, como eu falei para o senhor, a ABIN trabalha com uma escala. Então, ela acaba demandando mais gente. Num trabalho que se for durar 40 dias e se for necessário 10 agentes, por turno, no mínimo, 20 agentes trabalharão. Porque de 20 em 20 dias a gente troca. Dificilmente passa de 20 dias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Polícia Federal encaminhou documentos que informa que essa operação foi a mais cara, que envolveu mais agentes e que os resultados foram menores do que outras operações. Eu pergunto para o senhor: na sua opinião, essa quantidade de agentes e gastos foi por excesso de zelo do Delegado Protógenes ou porque o investigado era muito forte, que exigiu o deslocamento de tanto agente da ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não, não, não posso afirmar para o senhor qual seria o porquê disso tudo, porque eu não tinha conhecimento da relevância do trabalho. A única coisa que eu sabia é que a gente estava fazendo um trabalho em conjunto com uma instituição parceira e do qual era um trabalho institucional, porque não estava sendo feito nada de forma, para mim, informal. Nomes, passagens, pedidos de diária, tudo era feito de forma legal e oficial pelo setor administrativo. Então, eu não saberia dizer para o senhor qual seria a razão da...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se me permitir.

O depoente coloca a coisa dentro da formalidade, o que é muito bom, porque eu acho que não resta mais dúvida de que foi formal. Se ele sabe dizer, se ele sabe o porquê que o diretor dele e o diretor-adjunto disseram que o trabalho não foi formal e, sim, informal. Se ele sabe dizer o porquê.



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Bem, Excelência, eu também gostaria de saber por que que eles falaram isso. Porque em qualquer lugar que eu for chamado, eu vou sempre afirmar que eu não fiz a coisa ilegal. Eu fiz a coisa formal, não tirei, não pedi que fosse tirado passagem ou diária de ninguém e não fosse informado. Eu pedi diretamente ao setor administrativo, alguém assinou os pedidos de passagem e diárias, e foram designados esses servidores. Foi autorizada a liberação de dinheiro para verba operacional. Então, eu, de forma nenhuma, se me mandassem fazer qualquer coisa desse jeito, da mesma forma, não escondida, mas mandando tirar passagem e diária, eu entenderia que seria institucional e, com certeza, não me negaria fazer. Porque, afinal de contas, eu sou um servidor público e que tenho um diretor acima de mim. Se ele me dá uma ordem e me dá os meios e me diz que eu faça a coisa de forma correta e formalizada, eu farei. E estou fazendo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto ao senhor: o senhor já falou que o senhor era que liberava, que articulava esses agentes para serem liberados. Depois da liberação e depois que eles cumpriram as suas missões o senhor conversou com algum ou algum conversou com o senhor sobre o que fizeram?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É. Isso, isso... A única coisa que eu pedi que me informassem, porque aí a preocupação tem que ser minha, era com relação à segurança. Se pagarem missão para vocês em locais que mandarem vocês levantarem alguma coisa dentro de favela, levantar endereço, me avisem. Não vão diretamente nesses locais, porque vocês, se alguém tomar um tiro por aí, eu vou ter que responder, quem vai responder vai ser a gente, e nós vamos ficar preocupados por aqui. Então, me informem. Agora, com relação ao trabalho, a missão que vai ser dada a vocês isso aí é uma questão compartimentada, isso aí, praticamente, é uma coisa já rezada dentro da ABIN. Eu posso estar trabalhando numa sala aqui do lado com um companheiro, ele faz um documento, eu faço o meu, eu não vou saber o que que ele está fazendo nem quero saber. Essa é a questão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor falou que, pelo que eu entendi, a maioria desses agentes era para fazer levantamento de locais. Eu



perguntaria para o senhor: se em algum momento eles comunicaram ao senhor se, do trabalho feito, eles produziram relatório, entregaram para o Delegado Protógenes, se os relatos eram só verbais, eram reduzidos a termos e se alguns desses documentos constam no inquérito que está, que se transformou agora em processo da Satiagraha?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu não posso afirmar para o senhor se foram feitos documentos. Mas eu procurei saber, em São Paulo, como é que deveria ser feito. Porque em São Paulo, como eu falei já para esta Comissão, não havia um coordenador nosso. Eles eram mandados a se apresentar para um delegado ou para um agente. Então, eu perguntava como é que era a forma que eles se comunicavam com a chefia deles, quem era o encarregado. Então, eles passavam isso, recebiam via rádio, isso aí foi passado, eles recebiam via rádio, Nextel, a missão e devolviam a missão através de rádio. Pelo menos foi o que me falaram que era feito dessa forma. No Rio de Janeiro, como eu falo, eu não procurava saber, porque lá havia um coordenador da ABIN, havia um superintendente da ABIN coordenando a coisa. Então, eu não poderia...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia informar se são várias, se são poucas as operações feitas da Polícia Federal em cooperação com a ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu só posso dizer...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ainda há pouco, o senhor falou que já participou de várias.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu participei de várias há bastante tempo. Mas as que eu tomo conhecimento são aquelas que são diretamente ligadas ao meu departamento. Atualmente, eu desconheço alguma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor sabe que a ABIN já teve várias operações que colaborou com a Polícia Federal.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Já. Várias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe se as despesas nessas outras operações eram pagas da mesma forma que foram pagas nessa Satiagraha?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Quando houve essas operações, em conjunto, acho que cada um pagou a sua parte. Porque eu não lembro de nenhuma... Eu lembro de uma operação, que eu posso me lembrar, em que houve um recurso separado: que foi do próprio... Um órgão do CREDEN, eu acho, que era com relação a crime organizado, em que foi feito um planejamento de recursos por parte da ABIN, por parte da Polícia Federal. E cada um apresentou a sua planilha e foi disponibilizado dinheiro para isso. Mas de outras eu não sei como é que foi a questão de recursos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na sua opinião, você considera que a participação da ABIN nessa operação de apoio ao Protógenes, você considera que é legal?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Para mim, foi legal. Eu acho... Quer dizer, foi institucional. Não digo que foi legal, porque eu estou vendo que, para todo lado, estão dizendo, estão querendo até dizer que ele próprio trabalhou de forma ilegal. Agora, para mim, foi institucional. Se fosse um outro delegado, e eu recebesse uma missão da minha diretoria, jamais faria isso por conta própria, porque eu não tenho o poder de liberar ninguém, tampouco de apontar dinheiro, recurso. Eu sou um coordenador, apenas um coordenador-geral. Não tenho o recurso liberado na hora em que eu quiser. Mas se vier uma ordem da direção, de cima para baixo, para que eu cumpra o mesmo trabalho de forma institucional e também de forma oficial, eu faria, porque, afinal de contas, eu...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, o senhor considera que é institucional, mas já tem dúvidas sobre a legalidade?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Bem, a legalidade, é como eu falei para o senhor, eu não quero, aqui, dizer se foi legal ou se foi ilegal. Eu fiz um trabalho legal, a minha parte foi legal. Agora, da parte dele, eu não sei, entendeu? Não posso afirmar isso porque acredito que quem mandou, quem foi que ordenou isso, no começo, tivesse chegado e tivesse de forma assumido — entendeu? — que fez, que mandou fazer de forma legal, com certeza, eu não estaria aqui, talvez os senhores também não estariam nessa situação. Mas, porque não quiseram assumir no começo, agora vão ser obrigados a assumir depois.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - De tudo o que o senhor já ouviu e já leu, o que é que o senhor considera que foge à normalidade?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Doutor, eu tenho visto na imprensa, o que foge à normalidade é a insistência em querer dizer que a ABIN grampeou, que a ABIN fez grampo no Dr. Gilmar Mendes, no Ministro. Porque eu estou desde 80 na área de operações. Praticamente conheço toda a área de operações, tudo o que existe dentro do serviço eu conheço, eu sei onde tem. E eu sei que a ABIN não tem um setor, a ABIN não tem equipamento de grampo. Então, quando me falaram que a ABIN grampeou, a primeira coisa que eu procurei entender, eu digo: *“Então, alguma coisa de muito estranho há no serviço”*. Porque não existe um canto aqui desse órgão que se passe em algum canto que eu não sei o que acontece ali. Estou há 20 anos, desde 80, aqui, em Brasília, na área de operações. Nunca saí, nunca trabalhei, meu único emprego foi a ABIN. Passei alguns meses no Governo do Distrito Federal, como Diretor do Serviço Público, mas sempre na área de operações; desde 80. Cheguei aqui garoto e já estou um velho. Então, dificilmente haveria um lugar em que houvesse uma sala, algum canto que faça escuta ou que se degrave grampo ou faça alguma coisa que eu não conhecesse. Então, com certeza, se ocorreu esse grampo, não foi aqui na ABIN, nem foi institucional, porque eu não conheço as pessoas nem o local em que poderia ser feito isso aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você está dizendo que a ABIN não faz escuta, não fez e também não possui aparelhos que pudessem fazer escuta?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Afirmo para o senhor que não existe.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você tem informação de que ex-agentes do antigo SNI promovem, fazem escutas ilegais, como tem noticiado a imprensa?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Isso aí foi uma pergunta que me foi feita também, Excelência, durante o meu depoimento lá, no GSI, e também para o Dr. Willian, no inquérito que está apurando o grampo do Ministro. A única informação que eu tenho por parte da imprensa de ex-agente da ABIN que tenha participado de alguma coisa assim foi daquela do Jairo, que isso aí já foi



ventilado, foi publicado e tudo o mais. Mas o Jairo não é funcionário nosso, o Jairo era um militar e, assim mesmo, acho que nem foi provado que ele tinha feito aquilo, mas ele foi envolvido naquela gravação, que não foi nem um grampo, acho que foi uma gravação de imagem lá, dos Correios, naquela época da propina, daquele negócio dos Correios. O único elemento de que eu tenho notícias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para lembrá-lo, talvez, para que V.Sa. tenha uma melhor recordação e até para que V.Sa. tenha como informação. O senhor se recorda de um grampo chamado BNDES?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Me recordo, sim, senhor. *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que até o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional achou as fitas embaixo de um viaduto aqui, em Brasília. Não sei se V.Sa. se recorda disso.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. O senhor falando agora eu me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que era o Gen. Cardoso. Não é isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Para a gente ter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, quer dizer, só para que o senhor amanhã não...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Desculpe, eu havia esquecido isso realmente. Mas foi, foi uma... E essa foi realmente uma notícia de grampo que havia grampo no BNDES. O outro do Jairo acho que foi gravação de imagem. Mas é como S.Exa., o Deputado, me lembrou agora. Realmente houve essa questão, na época do BNDES, com um agente do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que se encontra na ativa até hoje?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Está, está na ativa até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E deve até ser motivo de seus acompanhamentos, já que o senhor trabalha na área de Contra-Inteligência.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ele está, inclusive, trabalhando na área administrativa da ABIN.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe se o Delegado Lacerda teve acesso ao material da Satiagraha, principalmente material sigiloso, como escutas?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu só fiquei sabendo pela imprensa sobre uma declaração do Márcio Seltz. Até aí, eu desconhecia qualquer tipo de documento que tivesse chegado à mão dele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você acha que o depoimento do Sr. Márcio condiz com a realidade?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu posso afirmar para o senhor o seguinte. Eu não posso dar qualquer tipo de valor a esse tipo de coisa, porque eu não... ele não trabalhou sob a minha orientação, eu até desconhecia que ele estava participando disso. Quando eu fiquei sabendo, já havia estourado tudo isso. Então, não sei a que o Márcio teve acesso nem para quem ele levou. Senão, com certeza, eu esclareceria ao senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor falou que a cooperação entre a ABIN e a Polícia Federal estão paralisadas após a Satiagraha. Na sua opinião, essa suspensão da paralisação beneficia o crime organizado, prejudica a sociedade, é ruim para a instituição, é ruim para a Polícia Federal? Qual a opinião do senhor sobre isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu, como um agente da área de operações, da área de inteligência, eu acho que, também não posso afirmar que esteja paralisada, está paralisada com relação ao meu conhecimento, no meu setor. Pode ser que esteja em outras áreas, em outros departamentos, em outro Estado. Mas eu acho que perde, porque a ABIN e a Polícia Federal, estando os 2 órgãos trabalhando em conjunto e bem organizados, com certeza, prestarão um bom serviço à Nação. Não poderá, de forma nenhuma — e eu acho que não podemos —, trabalhar no sentido de criar um atrito entre as duas instituições. As duas podem se ajudar, e bastante.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor considera que houve excesso nas buscas e apreensões que foram feitas aqui na ABIN e na casa do Delegado Protógenes, pelo Delegado Amaro?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Também não posso emitir valores ou juízo a respeito disso porque eu não sei até que ponto o Dr. Amaro teve motivos para agir assim. Então, de repente, eu posso dizer que ele se excedeu e, no entanto, ele tinha um forte motivo para agir daquela forma. Então, eu acho que deve ter sido na medida e na quantidade certa, acredito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Última pergunta, Presidente. O senhor participou da Satiagraha. Você coordenou, selecionava os agentes. Qual é o seu sentimento após a condenação do Daniel Dantas, ontem? É de alegria, é de indiferença, é de desagrado?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu, com certeza, não posso emitir nenhum juízo a respeito disso, porque eu não conhecia o cidadão, não sei nem se indiretamente ele me atinge com as falcatruas que ele faz por aí, ou se ele faz realmente, entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor participou da operação. Eu pergunto: quando o senhor participou da operação, o senhor participou com boa vontade, com desejo ou foi porque mandaram?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, todas as operações que me forem passadas, independente de quem seja o alvo, se a Polícia Federal, se tem um juiz, se tem um promotor, se tem um conjunto de atores ilegais participando disso e que eu possa participar, com certeza, eu participo com vontade, não com alegria ou com tristeza, porque são sentimentos que eu não tenho que colocar. Sou um agente público. Então, se vai dar em condenação, não é minha função achar que foi condenado de forma errada ou de forma ilegal. Isso aí independe para mim. Acho que o importante é que meu serviço tem de ser bem-feito, independente do resultado que vai dar lá na frente. Porque havia todo um aparato legal por trás dessa operação, pelo menos até onde eu fiquei sabendo. E fiquei sabendo agora, com toda essa gama de notícias que têm saído, que colocaram até que o próprio juiz estaria, para eles, estaria apaixonado, como foi colocado. Eu acho isso aí um tipo de sentimento que, para mim, em termo operacional, não influi, não interessa se o agente é influente ou muito influente ou menos influente. Se ele está cometendo... Se eu estou trabalhando em cima dele, se tem uma pressão, é porque ele tem motivos para estar sofrendo aquele tipo de operação. Então...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para concluir, Sr. Presidente.

Eu, por exemplo, apresento meu projeto de lei na Câmara e quero que ele seja aprovado. Vou trabalhar para isso. E quando ele é aprovado, eu solto foguete.

O senhor não é juiz. O senhor é um agente. Ajudou na operação e ajudou de forma exemplar, porque articulou 75 agentes públicos. O delegado que conduziu foi afastado, sofreu busca e apreensão. Agora, o principal alvo foi condenado em um dos processos.

Eu pergunto para o senhor: o senhor é indiferente ao que ocorreu com o Dantas, uma sentença condenatória?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não poderia ser indiferente, porque... Não poderia ser indiferente, mas também não poderia dizer que foi de mais ou que foi de menos a condenação dele. Se eu trabalhei, ou se, pelo menos, eu coordenei algum tipo de coisa que redundou na conclusão de um inquérito que estava em andamento e se o inquérito foi bem-sucedido, graças a Deus, a gente fez um bom trabalho, acredito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As duas últimas, Sr. Presidente, só para terminar. Eu faço as duas de uma vez, para economizar.

A imprensa diz muita coisa e nem sempre o que a imprensa fala é verdade. Hoje mesmo, o senhor já desmentiu isso. Mas a imprensa diz que o Daniel Dantas tem influência em vários cantos do Poder Público, inclusive nas instituições de investigação.

Eu pergunto: o senhor considera que há alguma influência do Daniel Dantas sobre a ABIN, sobre a Polícia Federal diante dos afastamentos, das buscas e apreensões?

Eu também pergunto, por último: com essa quantidade de agentes que o Delegado Protógenes teve que se socorrer da ABIN, em algum momento, ele falou para o senhor, falou para alguém próximo ao senhor que a PF negou apoio ao Protógenes, que por isso ele teve que buscar apoio na ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, Deputado, Excelência, até mesmo porque o sentimento que havia... Para mim, eu achava, não acreditava que houvesse falta de apoio. Primeiro, porque não sabia da quantidade de pessoas que ele precisava e que tinha sido disponibilizado a ele. Depois, até onde eu sabia —



porque eu procurei saber do pessoal que trabalhava com outros. Tinham agentes, tinham delegados, tinha todo mundo junto. Então, o delegado não estava só. O meu pessoal não trabalhou só com ele. Havia outros agentes, escrivães, tudo junto. Então, eu não poderia aferir para o senhor se esse grupo que estava com ele era pequeno ou se era grande — entendeu? — e se havia necessidade. Eu achava que tinha sido solicitado um apoio, e que a instituição estava dando esse apoio. Então, foi com esse sentimento que eu participei e ainda me mantenho. Se solicitado, com certeza, eu faria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Domingos Dutra, pelas suas palavras.

Antes de passar a palavra ao Deputado Gustavo Fruet, uma coisa que eu achei interessante: o senhor alocou os agentes por uma determinação superior, mas não coordenou as suas ações. Foi isso que eu entendi? Isso é uma praxe normal na atividade de inteligência?

E a outra pergunta é a seguinte: esse servidor que aparece na matéria da revista *Veja*, deste final de semana, era subordinado do senhor? Há quanto tempo ele trabalhava na Agência? É verdade que ele foi do corpo de segurança pessoal do Presidente da República?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O Tenente Antônio Leandro de Souza Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tenente Leandro...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Tenente Antônio Leandro de Souza Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... de Souza Júnior.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso, Excelência. Muito obrigado pelas perguntas também, porque eu acho que vai ajudar a gente a esclarecer esse ponto. De certa forma, eu até fui por alguns companheiros, com certeza, talvez se sintam com ciúme de não estarem aqui no meu lugar, com certeza. E acharam até: *“Poxa, mas o Ribamar colocou pessoas sem experiência para trabalhar”*. Não. O que eu faço? Há as Superintendências nos Estados, e eu, como coordenador aqui, sou obrigado a me entender e me comunicar com o



superintendente, pedir a ele que ele me ceda 1 ou 2 ou quantos agentes forem necessários para um determinado tipo de serviço. Então, ele é que vai me dizer quem é que ele vai mandar, dentro da área operacional que ele tem. Não sou eu quem vai dizer “eu quero fulano, quero sicrano”, porque ele tem as missões dele. Então, ele tem outros trabalhos. Então, eu vou perguntar para ele: eu estou precisando de 2 agentes para trabalhar. Ele fala: *“Vai fulano e vai sicrano”. “Essas pessoas têm condições? Como é que estão?” “São bons, são bons profissionais e tudo mais.”* Então, me manda. O Sr. Leandro foi uma dessas situações. Eu pedi para a Superintendência de São Paulo 2 agentes, e entre eles veio o Sr. Leandro. Eu me lembro da conversa que tive com o superintendente. Perguntei para ele: mas eu não conheço esse elemento. Porque, pelo menos, de nome a gente conhece alguns. Ele falou assim: *“Não, isso... Ele é um cara já calejado, é policial militar, trabalha em operação”. “Tudo bem, se você diz que ele está em condições de trabalhar, está bom. Eu vou mandar, então, que o pessoal da administração entre em contato com ele, peço os dados dele, que é para tirar a diária e a passagem dele”.* E assim foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pelo que eu entendi, pela matéria que pude ler, ele é um policial militar da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo. E ele foi plotado numa operação no Rio de Janeiro. É normal pegar uma pessoa que não tem nada a ver com o ambiente do Rio de Janeiro e colocá-la para operar lá? O senhor não acha que é temerário colocar alguém para seguir outro alguém numa cidade que ele não conhece? Porque ele levantar endereço não pode ser. Porque, se ele não conhece a área, como é que ele vai levantar endereço? Então, ele estava numa missão de seguir alguém. Não acha que faltou coordenação por parte da ABIN nessa questão?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Bem lembrado por parte de V.Exa. A questão é que era um período em que já estava saturado de gente. Eu não tinha mais de onde tirar pessoas. Eu sempre mando um dia antes, justamente para que eles tenham tempo de — quem está na base, quem está lá — levá-los para fazer um *tour* pela cidade para, pelo menos, conhecê-la. E, como eu mesmo, várias vezes, fui mandado para certo local sem sequer saber para que lado estava, e eu consegui desempenhar o trabalho, então, com certeza, eles chegando, eles já são...



Em princípio, eles têm que estar preparados para isso, para se virar e aprender rápido a se virar na área operacional. É lógico que tinha gente no Rio. Eu desloquei alguém de São Paulo para o Rio, porque os que estavam no Rio já estava na hora de retornarem. Inclusive, nesse período, tinha gente que já estava há 3 turnos lá. Então, já não podia ficar mais. Já estava com problema de família em casa, tudo o mais. Então, eu tive que realmente substituí-los. E, aí, eu pego de onde tem disponível. No caso, São Paulo me cedeu dois para essa equipe do Rio; Ceará me cedeu outros dois; Goiás, também. Então, vários Estados me cederam gente. Era com as unidades que eu me valia de pegar gente para mandar para os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra, agora, ao Deputado Gustavo Fruet para seus questionamentos. Depois, Deputado Jorginho Maluly; depois, Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator. Boa tarde, Dr. José Ribamar.

Vou aproveitar, Sr. Presidente, até por ser uma reunião em caráter reservado, para me permitir algumas observações que usualmente não faço, e até por uma relação de honestidade com esta CPI e por ser uma sessão fechada; portanto, sem nenhuma preocupação de que isso seja compartilhado. Portanto, entenda as observações não como provocação, mas entenda que é o momento de se provocar algum debate sobre alguns temas, inclusive sobre o material que está sob confidencialidade na CPI. Parece ser oportuno esta reunião, inclusive, para este debate e para este esclarecimento.

Da mesma forma, quero registrar a importância desta reunião na ABIN. Talvez nós não tivéssemos, ou não tenhamos, oportunidade antes de participar de uma reunião aqui na ABIN até para conhecer, pelo menos, o espaço físico. Mas é uma oportunidade para entender um pouco melhor o funcionamento da Agência. Portanto, é oportuna também esta reunião.

Mas começo num tom irônico. O Presidente Sarney, certa vez, em Lisboa, perguntou ao gerente do hotel se determinada livraria estaria fechada no final de semana, porque ele queria comprar uns livros. Daí o gente respondeu para ele: “Não, não fecha”. No sábado, o Presidente Sarney foi lá e a livraria estava fechada.



Ele voltou para o hotel e indagou: *“Você não me disse que a livraria não fechava?”*
“Sim. Não fecha. Não fecha porque não abre”.

De certa forma, ao longo dos depoimentos, nós estamos vendo que está havendo uma lógica em que varia a resposta e variam os fatos de acordo com a pergunta, com a forma como é formulada a pergunta. Então, é a oportunidade de esclarecer.

Eu falo isso, Dr. José, em respeito também ao senhor. E também concordamos em fazer esta reunião aqui em respeito à ABIN. Até para entender o papel da ABIN. E por que entender o papel da ABIN? E aqui minha primeira observação. E, por favor — em especial à bancada do PT —, não entendam como uma provocação. Seria uma irresponsabilidade, Deputado Pellegrino. E, portanto, faço-o aqui, em reunião reservada.

Não se pode demonizar a operação e determinadas pessoas, mas não se deve, também, santificá-las; inclusive, o Dr. Paulo Lacerda. Não há nenhum ânimo em condená-lo, em criminalizá-lo. Entendo que o saldo da sua atividade pública é louvável e favorável. Mas nós temos que entender para que serve a ABIN. Por que isso?

Foi deslocado um efetivo imenso — uma estrutura enorme — para a investigação de um banqueiro; talvez o inimigo público número um no Brasil. Até, por sinal, foi condenado ontem a uma pena inédita. A impressão que passa é que o juiz calibra, de certa maneira, até para evitar ou dificultar uma eventual anulação. Poderá o Tribunal até, eventualmente, reduzir a pena. É mais inteligente, porque se baseia num fato objetivo, comprovado; portanto, quebra a primariedade do réu. E que ninguém despreze isso. Cito o Marcos Valério, que passou por episódios. E, por uma questão contábil, acaba ficando preso 30 dias num presídio do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, começou a ter resultado a ação judicial. Ponto muito positivo. Mas se desloca estrutura muito grande para uma investigação. E se pergunta: qual é o interesse do Estado? Qual é o interesse do Presidente da República, a quem a ABIN é subordinada e deve satisfação, e tem essa estrutura para assessorar a Presidência da República, para investigar um banqueiro. Por quê? Waldomiro Diniz até hoje não tem conclusão do inquérito. A Polícia Federal não usou a ABIN. Até hoje o inquérito do mensalão não foi concluído. A ABIN não foi utilizada. Até hoje o



Francenildo não foi concluído. A ABIN não foi utilizada. Até hoje o Secretário do PT de Belo Horizonte, Sr. Romildo, não foi investigado pela Polícia Federal, porque alegaram que não tinham como saber os números dos telefones dele. E não cumpriram, Presidente, a ordem judicial de monitoramento telefônico. Mas a ABIN não foi utilizada. Ninguém do Governo se preocupou em utilizar essa estrutura profissional da ABIN, de 75 oficiais, para investigar inquéritos que são muito sensíveis ao Governo. E, de repente, 75 agentes são colocados à disposição para investigar um banqueiro que tem uma relação de amor e ódio com o Governo, promíscua com setores do Governo. Cito o ex-Deputado Greenhalgh e o Chefe de Gabinete Gilberto Carvalho, que ontem teve aberto um inquérito civil público, pelo Ministério Público, para investigar eventual responsabilidade por tráfico de influência.

Então, nós temos que defender a ABIN. Eu estou, acredito que junto com os demais Parlamentares, com essa intenção. Mas temos de entender também por que, nessa operação, essa estrutura foi mobilizada.

E me referi ao Presidente, porque recebo até como provocação as seguidas respostas e as contradições na ABIN. E passo à primeira: o Dr. Paulo Maurício, quando esteve na ABIN... na ABIN, não, na CPI, foi taxativo quando disse que cabia ao senhor a coordenação de todos os pagamentos. E, portanto, nós temos a impressão de que todos os agentes da ABIN que trabalharam seja em Brasília, seja em São Paulo, seja no Rio de Janeiro, sejam os terceirizados, os colaboradores, passaram pela sua coordenação. Hoje, o senhor está dizendo que não. Em Brasília, o senhor não teve participação nenhuma. Então, a primeira pergunta: a CPI recebeu uma lista de agentes da ABIN. Se não me engano, são 76. Esses 76, ao que parece, são os agentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. Portanto, há mais agentes envolvidos, que são esses de Brasília. Correto?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, muito obrigado pelo senhor ter feito esta pergunta. Mas, naquela lista de 76, que eu tenho me referido que é de 75, porque acho que um está fora daquela lista, ali está incluído, naquela lista, o pessoal daqui de Brasília. Temos quatro daqui de Brasília.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas o senhor disse que, na sua lista, eram 75.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, porque...



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então, 75 mais 4 são 79.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. É porque foram incluídos todos os que trabalharam na... Inclusive...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas qual é o número correto? Quantos o senhor coordenou? Para quantos o senhor pagou a diária, pagou a passagem?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, eu não paguei diária e passagem para alguém. Eu pedi... Eu mandei que fossem tiradas diária e passagem no setor administrativo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Para quantos agentes?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Para quantos agentes?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não posso afirmar para o senhor a quantidade. Mas, com certeza, essa relação é dos que trabalham... Inclusive, posso dizer para o senhor o seguinte: tem uma outra relação, que parece que é de 84, porque eles incluíram todo mundo que tomou conhecimento. Inclusive eu estou incluído, o Dr. Paulo Maurício, o Dr. Milton Campana, como se todos nós tivéssemos trabalhado na Operação Satiagraha.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor respondeu ao Deputado Domingos Dutra que foram 75 agentes que participaram da operação.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Setenta e cinco. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Afinal de contas, qual é o número: 75, 84 ou 76, conforme enviado à CPI?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Bom, trabalharam... Quem trabalhou nela, operacionalmente, foram 75.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Incluindo os 4 de Brasília?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Incluindo os 4 de Brasília, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação... Pelo que nós entendemos do seu depoimento, o senhor só coordenou agentes da ABIN.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Só, sim.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O Presidente provocou uma pergunta com relação ao tenente. O Tenente Antônio Leandro de Souza Júnior é agente da ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ele está... Ele é requisitado para a Superintendência de São Paulo. Ele é agente da ABIN.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ele é agente da ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Agente da ABIN.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E pode acumular a função? Ele também é oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ele é oficial da polícia. Tanto aqui em Brasília quanto em várias... Quase todas as superintendências têm militares requisitados. E eles, a partir do momento em que são requisitados, passam a trabalhar como agentes da ABIN. Eles recebem...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas aí, então, ele não é mais da Polícia Militar. Ele é da ABIN, agora?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Ele não deixa de ser oficial. Ele continua oficial. Mas, no momento...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu sei. Mas eu me refiro àquela lógica da pergunta.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Sim, senhor. No momento, ele está sob...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sei que o senhor tem preocupação de não dar margem a questionamento.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Entendi.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ele foi designado para essa operação. Mas ele já estava à disposição da ABIN na Superintendência de São Paulo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Já. Já, sim, senhor. Ele já está lá há bastante tempo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Já.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ele não foi incluído só para essa operação. Ele... Quando eu pedi, pedi agentes da ABIN, e o superintendente



me apresentou ele, que era um militar requisitado que estava trabalhando em operações.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Certo.

O senhor disse que, até num ato falho, eles estavam em missão de vigilância. Até o senhor corrigiu, dizendo que era levantamento de dados. O Tenente Antônio foi pego num ato de vigilância. O senhor confirma?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É por isso que eu acabei me confundindo naquela hora. O senhor me desculpe. Mas ele foi pego realmente num momento de vigilância, que saiu antes na imprensa e que depois ele confirmou. E parece que na *Veja*, num fim de semana, ele confirmou isso de novo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ou seja, é possível que outros agentes tenham trabalhado em vigilância, em monitoramento?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É provável. É provável, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É possível que esses agentes tenham feito também monitoramento telefônico?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu acredito que não, porque a Superintendência do Rio, pelo que eu saiba, não tem nenhum setor que poderia fazer isso. Eles não têm equipamento móvel para fazer isso. Então, eles não teriam como fazer.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Bom, aqui eu entro, então, num segundo ponto de provocação. Permita-me, Presidente. Está em sessão reservada. Vou ser muito objetivo na pergunta.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A ABIN tem algum equipamento — seja maleta, seja Guardiã, seja equipamento fixo — para escuta de telefone fixo ou escuta de telefone celular?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Que eu saiba... Desconheço. Não tem, porque... Isso aí eu posso esclarecer para o senhor, Excelência, que há muito tempo vem-se falando que essa maleta que a ABIN tem, de varredura, que ela faz grampo... Essa maleta é uma maleta antiga, é uma maleta que... Ela não tem capacidade. Ela poderia... Foi colocado aí que, se forem acoplados alguns tipos de



equipamentos nela, ela faria... Mas isso ficaria tão caro que seria mais fácil, então, comprar um equipamento desses. Uma mala dessa que faz isso...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então, a pergunta: o senhor tem notícia de que a ABIN comprou, entre 2005 e 2008 — especificamente em 2005, 2006, 2007, 2008 —, algum equipamento que esteja em posse da ABIN? Eu não me refiro a equipamentos que foram adquiridos pelo Exército, repassados para a ABIN e para a Polícia Federal. Há equipamentos que estão registrados na ABIN. Algum equipamento para escuta telefônica?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu desconheço, porque o departamento que compra isso, o Departamento de... acho que é DTE... E eles compram mediante material que as coordenações necessitam. Então...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Pergunto de outra maneira: é possível comprar determinados componentes e montar uma maleta?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não poderia, assim, afirmar para o senhor, porque eu não sou técnico nessa área. Pelo meu conhecimento, pelo muito tempo de serviço e também pelo que foi falado por alguns peritos, que seria possível; porém, que seriam caros. E, pelo que eu sei, essa maleta que nós temos, que é de varredura, é uma maleta na faixa de 50, 30 mil reais. E uma maleta de... que eles chamam de israelense está na faixa de 800 mil, por aí.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas eu me refiro... A varredura é para um procedimento.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu me refiro a equipamento específico para escuta.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Existe, existe.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Isto eu lhe pergunto: a ABIN tem?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Bom, mais uma pergunta nessa linha: é possível que algum agente da ABIN utilize, em cooperação com outros órgãos públicos, equipamento de escuta?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não conheço, mesmo os que estão na ativa e os que saíram, que tenham algum tipo de envolvimento atual



com esse tipo de coisa e que conhecem alguém que tenha algum tipo de equipamento desses.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Existe algum pré-curso na ABIN para realização de escuta? Existe esse treinamento?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Curso? Não... Curso que o senhor fala?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Isso.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Não existe, não, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Para a Contra-Inteligência, não é necessário ter esse tipo de informação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Mas não com esse tipo de equipamento. Na Contra-Inteligência a gente tem trabalhado mais na área de contra-espionagem.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sabe por que, Presidente? Permita-me, Relator. A sessão é reservada, e por isso trago a público. Fui ler a auditoria feita pelo Exército sobre 15 equipamentos comprados da ABIN, em 2005 e 2006. Por isso, insisto em que seria bom convidar o oficial responsável para esclarecer alguns fatos. Tanto o senhor quanto o Dr. Paulo Lacerda, o General Félix têm sido — e os demais representantes da ABIN — taxativos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Gustavo Fruet, informo a V.Exa. que a única coisa que será preservada da sessão é a imagem do depoente. Os demais dados serão públicos. Só para que V.Exa. saiba.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Pois é. Porque é um tema que nós vamos ter que enfrentar. Não sei de que maneira, Presidente. Eu não queria... Mas eu não quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu não estou fazendo nenhuma censura ao que V.Exa. deseja dizer. Que o diga. Mas apenas estou alertando que esses dados serão disponibilizados. Não são dados que serão mantidos. Foi isso que eu quis dizer.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Está bem. Então, eu me reservo para qualquer questionamento, até de ordem ética. Mas insisto em que seja convidado o oficial responsável, porque, efetivamente, nós temos que tirar a dúvida



— se a ABIN dispõe ou não de equipamento para escuta telefônica — sem meio termo, sem tergiversar. Não vamos usar filigranas aqui: que falta o monitor tal, o receptor tal. A resposta é a seguinte: podem ou não podem realizar escuta telefônica.

Na seqüência: o senhor conhece um agente chamado Cirilo, que teria sido apontado como um agente da ABIN atuando no Supremo Tribunal Federal?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, senhor. Estou escutando esse nome pela primeira vez aqui com o senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Nessas operações... O senhor diz que já trabalhou em várias operações. Nas outras operações, que tipo de formalidade é adotada? Quais são as autoridades informadas? Qual é o procedimento que o senhor adota? É como nessa? O senhor recebe uma ordem superior e manda executar, vamos dizer, no caso do pagamento da diária e das passagens aéreas. Resume-se a isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, senhor. Nas outras operações em que eu atuei havia um coordenador central. Havia uma sala, um local onde se reuniam, onde havia relatórios, porque eram operações que tinham sido pedidas, com os órgãos todos juntos, trabalhando e atuando juntos. Então, era designado um coordenador e eram separadas pessoas para cuidar de documentos. Então, havia... Era diferente, porque elas tinham um período mais longo. Essa... ela ocorreu dessa forma e acabou não sendo considerada estranha, porque foi pedido um apoio de... não era de 30 dias, porque foi mais ou menos do dia 5 até o final do mês — algo em torno de 25 dias. Depois ela se prorrogou. E aí foi prorrogando... E a cada pedido de prorrogação eu informava: “*Olha, o delegado está querendo que seja prorrogado por mais 30 dias*”. Então, o Dr. Paulo Maurício levava para a frente...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A pergunta objetiva é: comparando com outras operações da Agência, essa foi uma operação excepcional, diferente das demais? Atípica?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ela foi. Foi, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Foi atípica?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Foi.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E, considerando os valores também, esse valor, como pode ser classificado? Também como valor excepcional, acima da média dos valores das operações da Agência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, com relação às outras, não, porque ela não tem como fugir muito do... porque são valores já preestabelecidos, institucionalizados de diária, de passagem. Então, ela não altera. E mesmo os gastos extras também não alteram muito. Então, se fosse uma operação que não fosse diferente, que durasse esse período, gastaria esse mesmo valor. Não seria por conta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quanto da chamada Verba Secreta — VS foi disponibilizado nessa operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Quarenta e dois mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, esse valor é o valor correspondente à VS?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - À VS, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E essa VS era sua VS, do seu departamento, ou era VS da direção?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Foi VS do departamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Do seu departamento, da sua coordenação? Ou foi da direção?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Foi do Departamento de Contra-Inteligência, do departamento no qual minha coordenação está inserida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, no caixa do seu departamento existe um montante xis, e esse montante xis foi utilizado. Não é que tenha havido um deslocamento de valor por parte da administração para que fosse cumprida essa operação. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Esse valor foi usado exclusivamente na verba operacional, conforme aquele dado apresentado no início da sua apresentação. Correto?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Foi, porque a cada pedido de prorrogação, ou mesmo durante o período... Então, era feito um levantamento de gasto, custo. Quanto iria custar de verba, de diárias e de verba operacional. Então, eu passava isso para o diretor. E o diretor, então, autorizava e repassava o recurso para que fosse...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só para constar também... O senhor vai entender aonde queremos chegar. A verba secreta, pela lei, não foi incluída só para atividades ligadas à Presidência da República?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu... É o tipo de pergunta que... Em princípio, para mim, deveria ser assim. Mas eu... Como eu estou falando para o senhor, não era eu que... Esse dinheiro não está comigo no meu cofre.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor não decidia. Mas o senhor decidiu não mandar 4 oficiais para Brasília. O senhor tinha o poder arbitrário para negar uma solicitação, mas não tinha o poder arbitrário para negar outra que, na sua avaliação, é ilegal. É isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não é que eu não quis mandar. É que eu não dispunha. Essa é a questão. Eu não mandei porque eu não tinha. Eu falei que eu não tinha os 4 agentes para Brasília, os 4 analistas. E quanto ao recurso, eu colocava o seguinte: "*Vai gastar tanto por esse período*". Então, era autorizado e era me passado o dinheiro. Eu remetia para as pessoas que estavam trabalhando, para pagar aluguel de carros...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Foi a ABIN que pagou o agente Ambrósio? O colaborador?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Qual é a sua relação com o Sargento Idalberto?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Essa aqui o Deputado Nelson Pellegrino vai pensar que é provocação a S.Exa. Mas é um tema que temos insistido muito. Uma das gravações que foram reveladas é uma conversa, um telefonema do ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalg para o Chefe de Gabinete da Presidência, Dr.



Gilberto Carvalho, atendendo a uma solicitação para esclarecer se algum agente da ABIN estaria investigando um cliente do ex-Deputado Greenhalg. O senhor foi consultado por algum superior para saber qual era o papel do Tenente Antônio Leandro de Souza Júnior?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, foi perguntado a mim quando houve a questão de que ele tinha sido plotado lá no Rio de Janeiro. Então, quiseram saber quem era essa pessoa. Eu liguei, então, para São Paulo, para o superintendente...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quem pediu isso ao senhor? Quem lhe perguntou?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - O Dr. Paulo Maurício me perguntou: "*Quem é esse elemento que...*"

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E ele explicou por quê? Ou não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O Dr. Paulo Maurício era subordinado a quem, na época? Procure lembrar.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não estou... Excelência, o senhor me desculpe, porque eu não estou entendendo, então, a pergunta do senhor. O senhor me perguntou...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Foi isso. Quem lhe perguntou sobre o tenente. O senhor disse que foi...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso no período...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Esclareça-me... Desculpe-me a desinformação. Quando o senhor fala plotado, significa colocado à disposição?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não. Identificado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Identificado?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi queimado...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ah, entendi.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Queimado na campana. Entendi.



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Quando sai a notícia...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Foi o Dr. Paulo Maurício que lhe perguntou.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É, quem era esse elemento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E ele explicou por que lhe perguntou? Ele queria mais informações ou não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, ele me falou que tinha saído na imprensa, sei lá, que esse elemento estava trabalhando lá. Então, ele queria saber quem era. Então, eu liguei para São Paulo, porque eu também não conhecia a pessoa. Foi indicação de São Paulo. Aí, falaram: *“É o tenente que está lá trabalhando, e tudo o mais”*. Então, eu procurei saber junto à Superintendência quem era essa pessoa e o que estava fazendo ali, quem estava coordenando. Então, pelo menos pelo que me falaram, ele estava trabalhando ali porque tinha... para fazer levantamento, anotação de placa de quem estava saindo dali. Essa foi a informação que me deram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ele sempre usa a expressão “perguntei a quem estava coordenando”. E até agora eu não sei quem estava coordenando. V.Sa. poderia esclarecer para a Comissão quem estava coordenando? Porque até agora não entendi quem estava coordenando. Ele era o coordenador, mas não coordenava, porque delegou para alguém coordenar. Quem é esse coordenador?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor, Excelência. Como eu falei para o senhor, não coordenei a operação. Eu coordenei a colocação de agentes na operação. Em São Paulo, quem coordenava os agentes lá eram o Delegado Protógenes e o Agente Walter. No Rio de Janeiro, era o Superintendente Joubert. E o seu coordenador lá era o Vicente Ernani. Então, essas 2 pessoas é que coordenavam lá. Eu não tinha, realmente, conhecimento do que eles faziam lá, porque havia um coordenador nosso, um superintendente nosso como responsável da operação lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Havia no Rio de Janeiro, mas não havia em São Paulo. Então, penso eu que V.Sa. não deve ter deixado seus agentes na mão de uma outra organização, sem nenhum controle por parte de



V.Sa., porque isso não é norma nem procedimento da Agência Brasileira de Inteligência. Ou essa ação é totalmente atípica, ou então essa não é a Agência Brasileira de Inteligência — ABIN que eu conheço. No Rio, até o senhor justificou: tem lá um superintendente que é responsável. Agora, em São Paulo, o senhor alocou e esqueceu? Eles é que se virassem? Qualquer ordem que eles recebessem por parte do delegado era para ser cumprida, e ninguém tinha o encargo de controlar isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, Excelência, em São Paulo, como eu falei para o senhor, São Paulo praticamente não deu problema para a gente, porque havia a orientação, justamente pelo fato de não ter um coordenador nosso, e qualquer tipo de missão em que fosse colocada em risco a vida deles, ou alguma coisa, que eles informassem. Então, se nunca houve informação, é sinal de que estava indo tudo bem. Mesmo porque a missão que eu recebi foi de mandar para lá e de apresentar para o delegado. Não foi dada a missão de coordenar. Onde tem operação que está sob minha coordenação, eu, todos os dias, converso, ligo, procuro saber como está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então eu vou, agora, se o Deputado Gustavo Fruet me permitir, explorar essa questão.

Então, a Agência Brasileira de Inteligência faz um trabalho de integração e cooperação com a Polícia Federal, por determinação superior. Então, V.Sa. desloca os homens, mas não coordena. O senhor escolhe os homens, o senhor distribui os homens para as missões, o senhor libera os recursos, lidera as passagens. Então, para mim, o senhor é coordenador. Agora, se na coordenação o senhor se omite em executar o seu trabalho, é uma outra questão. Mas o coordenador é o senhor. Até acho que o senhor é o coordenador, e acho que o senhor está cumprindo ordens — e as cumpriu bem cumpridas. Agora, dizer para mim que o senhor não coordenou e que os agentes foram entregues sem nenhuma supervisão da Agência Brasileira de Inteligência... Isso, para mim, é uma situação gravíssima, que eu jamais vi acontecer, nos meus 26 anos como delegado de Polícia Federal, em que eu trabalhei com agentes da ABIN.

Eu queria que V.Sa. explorasse bem essa questão, porque me parece que essa não é norma nem procedimento da Agência. A não ser que o senhor tenha



recebido uma determinação superior no sentido de dizer o seguinte: escolha os homens, mande para lá e não tome conhecimento disso.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Mas é exatamente isso, Excelência. O senhor me desculpe se eu não estou conseguindo me explicar direitinho para o senhor. Mas a ordem que eu recebi foi desse jeito como o senhor está me falando, entendeu? Que eu não deveria... Que eu mandasse e se apresentasse lá. Não foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É importante. Mas isso sai dos... O senhor concorda que isso é fora dos padrões operacionais e dos manuais da Agência Brasileira de Inteligência ou não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Concordo, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Desculpe aí essa firmeza, Dr. José Ribamar, mas é preocupação, porque é o futuro... Nós queremos pensar qual é o papel da Agência e fortalecer a Agência. Agora, o que não pode é ficar nesse descrédito. E a impressão que passa é que essa não é uma atitude profissional. O senhor imagine deslocar o Congresso, que é alvo de muita crítica. Imagine uma despesa de 400 mil reais sem nenhum controle por parte da Câmara de Deputados, ou por parte do gabinete do Presidente da República, ou de algum Ministério, qual a consequência que teria. Então, é preocupante saber que não há esse controle. Quer dizer, simplesmente vai se assumindo a despesa.

Só... A exemplo do Deputado Domingos Dutra, parto para a conclusão, só para tentarmos entender. Existe colaboração da Agência, por exemplo, com o Fisco dos Estados? Existem agentes que estejam à disposição ou atuem em conjunto com a Secretaria da Receita Federal ou com as Secretarias Estaduais? Quer dizer, passa pela sua coordenação colocar agentes também à disposição desses órgãos ou não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, Excelência. Até hoje nunca me foi... Não cheguei a essa situação ainda.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, fundamentalmente a colaboração se dá com a Polícia Federal.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Até agora tem sido.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Está bem.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Sr. José Ribamar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Gustavo Fruet.

Qual é a sua formação profissional?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sou formado em Pedagogia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pedagogia.

Deputado Jorginho Maluly, para seus questionamentos

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Quem fica por último, Presidente, ou em penúltimo lugar, tem uma série das suas questões abordada de uma certa maneira ou de outra.

A primeira pergunta que eu ia fazer o Deputado Gustavo Fruet acabou de fazer. V.Sa. tem formação em Pedagogia, mas diz que tem diversos outros cursos na sua área de atuação. Eu não sou delegado, eu não sou policial. Sou engenheiro civil, estudante de Direito, um civil, não acostumado com esse processo investigatório, porque aqui tem um delegado da Polícia Federal de mais de 20 anos; tem o Bessa, que é delegado; tem V.Exa., desde 80 aqui; advogados criminalistas. Talvez estejam acostumados no dia-a-dia. Eu fui acostumado, como Prefeito, a ser vigiado por promotor. Você dá um espirro e o promotor está no seu pé. Hoje é uma posição diferente nossa aqui, e eu procuro ouvir muito e falar pouco. E as 2 CPIs de que eu faço parte têm me ensinado e têm me chocado, Presidente. Escutamos algumas coisas que... Ou eu não entendo o que estão falando ou... Não é o caso de V.Sa., mas algumas vezes pensamos que as pessoas que estão falando conosco pensam que nós não temos um mínimo de conhecimento das coisas que estão à nossa frente. Não é o caso de nenhuma das pessoas que estão aqui.

Eu perguntaria, como o Deputado Gustavo Fruet lhe perguntou, sobre seus conhecimentos jurídicos. O senhor deixa bem claro que o senhor cumpriu uma missão, que lhe deram uma missão e, como hierarquicamente subordinado, cumpriu da melhor maneira que o senhor entendia que deveria cumprir. Passado tudo o que está acontecendo, eu pergunto a V.Sa... Vou fazer todas as colocações e depois eu deixo o senhor à vontade. Para não fazer pontualmente, para ser objetivo, vou fechar e, depois, o Dr. José Ribamar nos responde.

O senhor, vendo tudo isso que aconteceu, todos os desdobramentos que estão acontecendo, fruto dessa operação, com seus abusos ou não, se o senhor



tivesse esse conhecimento, o senhor autorizaria os seus agentes a participarem novamente dela? Essa é a primeira questão que coloco.

Segunda questão: causa-me estranheza, e aí o Presidente foi na veia, como se costuma dizer popularmente... Eu não acredito. Qualquer pessoa, em qualquer atividade, principalmente dos senhores que são policiais, não pode fazer as coisas à galega: ah, vamos fazer isso. É que nem jogar uma pelada. Pegam a bola, jogam cinco para cada lado e vão brincar de jogar futebol. Os senhores mexem com coisas seriíssimas! Os senhores mexem com a segurança do País. Aliás, quero deixar claro aqui o meu respeito pelas ações de inteligência. Tanto é que eu tive um assessor, por muitos anos, que é oriundo da ABIN. Então, eu acho que as ações de inteligência são muito importantes. Se nos Estados Unidos elas tivessem funcionado corretamente, talvez o 11 de setembro não aconteceria, Presidente. Então, as ações de inteligência são fundamentais, quando bem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, V.Exa. me permita um aparte, apenas para dizer o seguinte: veja como a vida da atividade de inteligência é uma vida, muitas vezes, incompreendida e infeliz. Você vê a declaração do Presidente Bush de que a coisa de que ele mais se arrepende é de ter dado ouvidos à atividade de inteligência e propiciado uma guerra aos Estados Unidos. Pelo menos foi isso que eu li recentemente na mídia. E provavelmente aquela atividade de inteligência chegou àquela conclusão porque, normalmente, aquele que demandou demandou nesse sentido. E aí, no final das contas, acaba jogando a responsabilidade para a atividade de inteligência, que é algo muito semelhante ao que nós estamos vendo aqui. Nós sabemos da necessidade da ABIN, dos trabalhos importantes que a ABIN faz para o País. Sabemos que existem aqui uma doutrina e uma forma de atuar, mas, quando esse órgão é dirigido por pessoas que não conhecem a estrutura e que não agem institucionalmente, criam esse tipo de problema que hoje os agentes estão sofrendo de terem que depor, em função de ordens que receberam. Talvez, se estivessem no exercício do comando, não iriam fazer dessa forma.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, eu é que agradeço. Sempre V.Exa. tem, com a sua experiência, muito a nos ensinar.



Então, voltando ao meu raciocínio, Dr. José Ribamar, não posso admitir, por mais leigo que eu seja, que uma pessoa... Se o senhor fosse um novato, poderíamos até aceitar de uma pessoa que está começando um eventual, vamos dizer assim, deslize, vamos chamar assim, não de má-fé, mas, talvez, de inexperiência naquilo que está sendo proposto a fazer pela primeira vez. É o caso, por exemplo, de um cirurgião que, embora tenha uma boa formação, a primeira cirurgia que ele tem que fazer eventualmente pode fazer um ponto ali errado. Mas o cirurgião que tenha 30 anos de cirurgia não pode cortar uma artéria na hora de fazer uma incisão pontual. É o que eu vejo. Vocês são os cirurgiões da inteligência. As suas ações têm que ser coordenadas, integradas, preparadas.

Eu acredito que o Deputado Marcelo Itagiba, como Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, como delegado de polícia, por exemplo, no morro do Rio de Janeiro, ele não ia entrando lá: vamos embora, vamos subir. Não. Fazia-se um levantamento, um mapeamento. Hoje tem GPS, hoje têm satélites, têm fotos, tem infravermelho, tem calor. Acho que se sentavam na sala, como o senhor deve ter feito muitas vezes: *“Olha, amanhã nós temos uma missão, que é esta. Fulano, você tem o papel de proteção, de retaguarda. Sicrano, você acompanha tal viatura. Sicrano, você...”* Eu acho que ali se monta — eu acredito que deva ser dessa maneira — uma operação de guerra, vamos chamar assim, quando os senhores vão a campo. E aqui o senhor me diz que liberou mais de... coordenou, diretamente ou indiretamente, mais de 70 homens que estão sob sua responsabilidade. Eu entendo assim, como chefe. A vida deles, como o senhor disse, está sob o senhor. Se acontecer alguma coisa lá embaixo, virá nas suas costas e não na do Delegado Protógenes, porque os homens são da ABIN, os homens são daqui.

E eu pergunto ao senhor, como ser humano, nem é como chefe: não se preocupou, em nenhum momento, com o que estava acontecendo com os 70 homens sob seu comando? Ficavam 30, mais 30, mais 30, mais 30. Em nenhum momento, nesses 4 meses, o senhor os convocou, pelo menos um ou dois que estejam mais próximos ao senhor, para fazer, nem que fosse informalmente, um relatório das suas atividades? Perdoe-me. Com todo respeito, eu acredito que isso não pode ter deixado de acontecer, Presidente Marcelo, numa situação como essa, deixando sempre claro o meu respeito. Inclusive, fui autor de uma emenda, no



Congresso, neste ano, em defesa dos agentes da ABIN que estavam sendo lesados num projeto de votação... Eu fui autor da emenda que veio fortalecer a atividade dos senhores.

Então, estou muito à vontade quando falo que respeito o trabalho dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. colocou uma pergunta muito importante para ele responder. Até porque eu conheço o passado profissional do profissional que está aqui sentado. E, se isso aconteceu, eu vou lamentar muito, mas eu vou ter que colocar que ele não tem competência para fazer o trabalho que fez. E eu sei que ele tem a competência para fazer o trabalho que fez. Então...

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Deixando claro, pela experiência que o senhor tem, eu tenho plena certeza de que o senhor é um homem preparadíssimo, senão não estaria na função que o senhor está.

Então, como eu disse, há critérios. Vai custar quanto essa operação? Nós temos caixa para fazê-la? Qual é a infra-estrutura necessária para isso acontecer? Quantos homens serão necessários? Quanto tempo?

Eu entendo que essa preparação e esse acompanhamento, principalmente numa ação de inteligência, se não dos seus homens, mas, pelo menos, do Delegado Protógenes... Como disse o senhor, eles estavam sob as ordens do Delegado Protógenes. Ele devia, pelo menos, passar um telefonema ou vir aqui, pelo menos, dizer: olha, Ribamar, as coisas estão bem, está indo tudo bem, os seus homens estão cumprindo a missão que eu dei. Pelo que eu vi, o senhor teve contato com ele uma vez, pelo que o senhor me disse, no dia em que foi apresentado para ceder os homens. Outra coisa também: o senhor já disse, repetindo, que não é rotina o senhor deixar os seus homens desamparados, vamos chamar assim. Acho que, pelo jeito, é a primeira vez que isso acontece aqui na Agência, não é?

Se houvesse uma emergência lá na operação, alguns dos seus homens estivesse sob risco, eles deveriam se reportar ao Dr. Protógenes, ou ao senhor, ou a quem? Essas operações, Presidente Itagiba, são incertas. Você pode planejar uma coisa e pode dar tudo diferente, principalmente na ação policial. Então, eu acho que teria que ter alguém responsável. O senhor disse que não tem.



Concluindo, Presidente: se o senhor se sente confortável com tudo isso... Se o senhor autorizaria a missão, já perguntei. E, por último, se tudo isso foi dentro de determinações legais; se tudo o que foi feito foi cumprindo ordens; se o senhor entende que foi justo ou não o afastamento do Dr. Lacerda do comando da ABIN, depois de tudo isso acontecendo, ou se ele foi um boi de piranha, como se diz lá no Pantanal, para poder ser o alvo das atenções.

No mais, eu espero que o que viemos... Eu, particularmente, entrei nesta CPI não com o intuito de prejudicar ninguém, não com o espírito governista ou oposicionista, mas com um único intuito: dar a minha humilde contribuição para as garantias do Estado Democrático de Direito. O Brasil demorou muitos anos para alcançar este Estado Democrático de Direito, que deve ser preservado a todo custo por qualquer Governo, seja de centro, seja de esquerda, seja de direita.

Eu entendo que, quando nós extrapolamos... Se nós, Deputados, agimos além daquilo que é de nossa competência, se o Poder Executivo faz, se o Poder Judiciário faz, se a Polícia, seja ela Federal, Militar, Rodoviária, Civil ou qualquer outra, extrapola as suas funções, nós estamos comprometendo o Estado Democrático de Direito.

Por isso, fiz parte desta CPI com esse intuito de, no final, Presidente Marcelo, nós darmos uma contribuição ao aprimoramento da democracia, ao exercício profissional e, com isso, garantir que qualquer cidadão comum tenha a sua liberdade e os seus direitos preservados e não vivamos num estado policalesco, porque temos medo. Já saiu até uma lista aí dizendo que nós, que somos da CPI, já estamos com a vida de ponta a cabeça. Eventualmente... Eu não estou aqui para perseguir ninguém. Espero que respeitem as nossas individualidades. O nosso papel de Deputado é este: contribuir para o debate, contribuir para o aprimoramento da democracia. Essa, pelo menos, é a minha visão, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Maluly.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permita-me, Deputado Itagiba, só para complementar. Pergunto o seguinte: se o nosso depoente entende, como o Deputado Jorginho falou, que essa missão lhe foi dada como ordem institucional, de



cima... Tipo assim: olha, faz e não pergunta por quê. Se ele entende que o Delegado Protógenes falava diretamente em cima. Ele confirmou que não tinha nenhum contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem, Deputado Macris.

Com a palavra o depoente para suas respostas.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, vou começar na primeira pergunta. O senhor pergunta se, depois de tudo o que aconteceu, eu autorizaria os agentes a participar. Isso tendo uma visão agora. É lógico que, até mesmo para que seja respondida parte de alguma mais para a frente, toda a operação da ABIN, que é coordenada pela ABIN, operação institucional nossa, nós temos um prazo, um tempo para a gente trabalhar. Então, a gente faz um planejamento, a gente faz um plano de operação. E nesse plano de operação a gente inclui orçamento, valor, quantidade de pessoa. Então, a gente precisa ter a situação do que vai ser trabalhado, conhecimento, dados conhecidos, então, para que a gente faça um planejamento. Então, todas as operações da ABIN são feitas com planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa inclusive? Essa, inclusive, de que o senhor participou?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Eu vou explicar agora para os senhores. Então, todo esse planejamento é feito baseado nas nossas operações. O que aconteceu com essa operação? Foi dada uma ordem para que fosse feito um apoio de poucos dias. Não dariam 30 dias. E, para que a gente fizesse um planejamento... É lógico que não me foi... Eu não perguntei... Talvez eu tenha errado nesse ponto. Eu não perguntei se eu deveria fazer um planejamento, mesmo porque o diretor do departamento... Porque esse planejamento teria de vir do departamento para que o setor de operações o executasse, e não foi feito dessa forma. Então, por dado conhecido, essa situação não nos foi passada. Por isso, não podíamos fazer. Então, nós não deveríamos tomar conhecimento da compartimentação da operação. Nós não tínhamos como fazer o planejamento. Depois, o tempo que foi pedido, também seria desnecessário o plano de operação, mas talvez um planejamento. Então, quando o senhor pergunta se eu faria isso tudo



agora, eu, sabendo que iria chegar aonde chegou, no mínimo, o planejamento eu teria que fazer, um plano de operação eu teria que ter. Se fosse falado para mim que não deveria ter esse planejamento, que não deveria ter um plano de operação e que a ordem era de cima, então, no mínimo, algum documento ou, pelo menos, mandada para mim uma autorização pelo (*ininteligível*) ou qualquer outro sistema, formalizando isso, teria que chegar na minha mão, na área de operações, para que eu fizesse. Isso, se eu tivesse conhecimento de que ia dar nisso.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Talvez eu não tenha colocado corretamente a minha pergunta. Não é que o senhor não faria, é se o senhor a faria da mesma maneira, com os mesmos procedimentos. Essa talvez fosse a melhor maneira de se colocar.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu faria diferente. Como eu estou falando para o senhor, eu teria que fazer realmente um planejamento direitinho. Isso aí, talvez... Veja bem, talvez não tenha sido... Quando foi falado em 20 dias ou 25 dias, para mim eram 20 dias ou 25 dias. Eu não posso nem dizer que, se talvez a pessoa tivesse conhecimento de que iria durar mais tempo... Porque, sabendo que iria durar mais tempo, teria que ser feito realmente um documento. Mas, como para nós não foi passado que isso aí iria se prorrogar, iria se prolongar... Daí, nem o departamento fez esse planejamento e muito menos eu. Porque o que foi pedido era apenas um apoio de pessoal. E já que os recursos iriam ser tudo da parte administrativa, então, eu não estava entendendo como sendo uma coisa de forma que não fosse institucional. Com relação à preocupação, como o senhor fala, as mais de 70 pessoas, é lógico que essa minha preocupação... Ela era fracionada, porque em nenhum momento trabalharam 70 agentes. Então, em nenhum momento eu ia ficar preocupado com 70 elementos. A cada vez que trabalhou, foram 20 no máximo, numa faixa de 18, 17 pessoas. Então, minha preocupação era com os 17, porque a partir do momento que o cara ia embora, que pegava o avião e ia para Casa, eu deixava de me preocupar com ele. A minha preocupação era com aquele pequeno grupo, e que de qualquer forma, eu procurava saber pelo menos com relação à parte física deles e a parte que fosse preocupante, que me informassem. Então, daí o motivo de não ter, como o senhor fala, não ter ficado sabendo o que



estava fazendo, porque eu achava que eu ia, então na parte compartimental que não quiseram dar ciência.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Só para deixar mais claro o que o senhor está colocando. Existia um contato rotineiro com eles, ou somente em caso de exposição de risco de morte? O senhor disse que se preocupava com essa questão. Como é que o senhor sabia que eles estavam bem? Só quando chegavam, mesmo os 15, ou 10 ou 1 só, que seja, ou durante a missão de vez em quando? Ou o senhor... Quem ligava para quem para dizer: "Vocês estão bem?" Eles que davam esse retorno, ou o senhor tinha a preocupação de passar, pegar o telefone e perguntar: "Você está bem?" Como era essa rotina, pelo menos de acompanhamento da questão física, integridade física e seu pessoal, nem que seja um homem?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Entendo.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - A mesma coisa que 17, que são os seus colegas.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Entendo, Excelência. Faltou esclarecer aqui um detalhe: que embora eu mandasse 8 pessoas lá para São Paulo, desses 8, eles não ficavam os 8 recebendo missões indistintamente. Um era designado para, pelo menos, chefiar os outros. Então, com esse, eu mantinha contato para saber como é que estava, não perguntava com relação ao trabalho, porque eu achava que era compartimentado e não tinha que perguntar. Mas eu perguntava como é que eles estavam, se tinha problema, se estavam precisando de dinheiro — isso aí eu procurava saber.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Com que rotina, Sr. Ribamar, isso acontecia?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Pelo menos uma vez por semana eu falava com o chefe da equipe.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Então, tinha um chefe.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tinha um chefe da equipe, exatamente.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Quem designava esse chefe?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Era eu. Então, de um deles, eu escalava para ser o responsável pela equipe em termo de (*ininteligível*) para que não ficasse, digamos, o Delegado tendo que chamar e pagar missão para um, pagar missão para outro. Então, pagava para esse, que, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou criar aqui um cenário imaginária: o senhor imagina, Sr. José Ribamar, que o senhor tem uma operação na tríplice fronteira — um cenário imaginário —, e que nessa operação da tríplice fronteira estão atuando agências de inteligência estrangeira e a Polícia Federal. E a Polícia Federal, então, solicita que o senhor encaminhe para ela um número “x” de agentes para ficar à disposição de um determinado delegado, para que ele realize uma determinada ação. O senhor está me dizendo que, em função da compartimentação, o senhor não se interessa em saber e nem determina que os seus agentes lhe façam relatórios periódicos do que está acontecendo na região, por exemplo, da tríplice fronteira. Então, é o que eu digo: essa não é a ABIN que eu conheço. A ABIN que eu conheço é aquela que, como o senhor diz, que faz um planejamento, que executa uma ação, e que o coordenador da operação, que, quer queira, quer não, é o senhor, tem as informações necessárias, até porque o seu chefe poderia chamá-lo a qualquer momento para perguntar o que estava acontecendo naquela missão que ele designou o senhor.

Então me parece que é inimaginável, na minha cabeça, que o senhor, com a experiência que tem, com a competência que tem, coordenando uma área como a que o senhor coordena, que é uma área de operações — e aí não quero, obviamente, dizer que o senhor está faltando com a verdade, jamais diria isso, talvez o senhor tenha algum lapso de memória —, não executasse aquilo que seus manuais mandam fazer, até para que o senhor saiba, numa ação de contra-inteligência, já que o senhor é um homem da Contra-Inteligência, se os seus agentes não estivessem, talvez, numa ação... Por exemplo, o senhor já imaginou se seus agentes são flagrados naquela corrupção na qual o Dr. Daniel Dantas foi condenado agora, os seus agentes tivessem envolvidos naquilo, e o senhor não está sabendo de nada?

Então, ou o senhor foi extremamente incompetente na coordenação dos trabalhos, porque não seguiu as normas e não fez o devido acompanhamento, ou



então o senhor foi totalmente omissos, ou, de alguma forma, o senhor não está querendo explicar para nós o controle que o senhor executou em cima dos seus homens, que eu acho que é legítimo, em função de uma ordem que o senhor recebeu para fazer uma determinada ação.

O senhor me desculpe eu falar essas coisas, porque eu conheço o senhor, conheço como funciona essa Agência Brasileira de Inteligência. A não ser que seja como o senhor diz, é uma coisa totalmente atípica, que foi determinada ao senhor fazer, e o senhor se submeteu, contrariando todas as normas, todo o treinamento e todo o instinto profissional que o senhor tem.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu fico agradecido pelo senhor falar dessa forma. De forma nenhuma isso vai me constranger ou vai me deixar triste, porque o que o senhor está falando... A ABIN realmente atua de forma coordenada, de forma controlada. Eu posso dizer para o senhor o seguinte: minhas operações... Eu tenho operações, neste momento, em São Luís do Maranhão, tenho em vários Estados. Eu sei onde cada agente meu está. Sei onde eles estão neste momento, porque eu controlo eles. É como o senhor mesmo falou: eu recebi uma missão da qual eu não... Com certeza, como eu respondi ainda há pouco para o Exmo. Sr. Deputado, que realmente a gente tem que cumprir aquilo que mandam, e eu não tinha o poder de dizer “vou ter que fazer um planejamento”. Não pude fazer isso, não podia fazer um planejamento. Como eu falei — e o senhor ainda pouco mesmo falou —, foi uma situação totalmente atípica, totalmente diferente do que nós estamos acostumados, do que a ABIN está acostumada, porque aqui nada se faz sem que seja planejado ou que seja sob o controle e de conhecimento do Diretor-Geral. Um plano de operação e planejamento tem que ser autorizado pelo Diretor-Geral. Infelizmente, a coisa chegou para a gente de forma a não poder ou não ter que fazer. Talvez o fato não tenha sido falado diretamente ou não tenha sido tentado demonstrar que haveria necessidade de dar esse “picó” nos períodos. Esse “picó” nos períodos porque, sabendo que eu ia ter que fazer isso por 10 dias, eu não ia fazer um planejamento ou um plano de operação por 10 dias, mas se falassem para mim que eram 60 dias, eu ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor acredita que talvez o picotado tenha sido uma forma de camuflar a necessidade que o senhor



teria de fazer um plano operacional, se o prazo fosse mais longo. Então, o senhor até que enxerga a possibilidade de ter sido induzido, de alguma forma, a realizar algo para um período curto, que não necessitaria do planejamento, como uma forma de picotar, para que o senhor não tivesse que fazer o ato formal ou institucional? É isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É o que parece. É o que eu tento... que eu tentei demonstrar aqui. Porque se me falassem que ia ter que fazer uma operação que durasse tanto tempo, com certeza eu teria que fazer, porque eu ia ter que articular com cada superintendência, cada pessoal. Então, foi tudo muito picotado e pedido em cima da hora. Por isso alguns casos, alguns agentes tiveram que ficar por lá, tiveram que ficar... dobrar o serviço, porque eu não tinha como tirar gente de um campo para outro num período curto. Então, se eu soubesse com antecedência — olha, e o nosso período aqui é de no mínimo 20 dias, para tirar uma PCPD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor acha então que com essa ação... O senhor deve estar nadando em pessoal. O senhor deve ter bastantes agentes disponíveis. Ou essa ação de alguma forma prejudicou as ações institucionais verdadeiramente da Agência Brasileira de Inteligência, porque o senhor teve que alocar pessoas que na verdade deveriam estar alocadas em outras ações oficiais, formais, com planejamento e tudo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Das operações, Excelência — o senhor conhece bastante, o senhor demonstra que conhece bastante esse trabalho —, das operações do DCI, não foi necessário. Tanto que eu lancei mão do pessoal de outros Estados, para não interromper as minhas operações e não desmanchar uma escala. Porque eu trabalho com a escala de muito... Já estou com escala, por exemplo, para fevereiro e março. Para o senhor ver que eu faço tudo com bastante antecedência, para poder ter um planejamento melhor, para saber o que vai acontecer mais na frente, para poder ter tempo de montar ou desmontar um grupo. Então, essa foi muito rápida. Então, eu não lancei mão, não tirei o pessoal meu, e aí eu tive que lançar mão dos agentes da Superintendência. E aí era pedido assim: “Vai ser para amanhã.”



O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O senhor... Até no sentido de preservar a V.Exa., que é uma dos agentes públicos com muito respeito aqui desta Casa, por tudo que o senhor já fez pelo País. O senhor, quando autorizou esses contatos que o senhor tinha, periódicos, mesmo que informais, mesmo sendo da sua responsabilidade, já que lhe disseram, pelo que o senhor disse — “deixa para lá, que daqui para frente é comigo”. Deu para entender isso: o senhor monta a estrutura, mas “daqui para frente deixa que eu cuido”. O senhor tinha a certeza no seu subconsciente de que embora o senhor não estivesse fazendo esse acompanhamento, alguém estaria, ou algum superior do senhor, ou... Por isso que o senhor estaria talvez “tranquilo”, vamos chamar assim, entre aspas, em relação a isso, porque o senhor tinha, pelo que passaram, a ordem como foi repassada, o senhor queria saber se dentro do senhor tinha essa tranquilidade que o senhor achou: “eu não estou fazendo, mas alguém acima de mim está”. Seria isso, ou não?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Seria, Excelência, seria mais ou menos isso. Porque a minha preocupação sempre é constante com o pessoal que trabalha. Basicamente, desde 89 eu sou analista; desde 89, eu chefo algum grupo, de alguma forma. Então, aquilo que o pessoal na rua... Que eu sei que eles não vão dar conta, e eu procuro saber onde está cada um deles, o que está fazendo... Muitas vezes se viajo, vou e faço, porque eu sei até onde eles podem fazer, e eu tenho que estar lá para decidir o tem que ser feito na hora. Nesse tipo de operação, como S.Exa. o Deputado Marcelo Itagiba coloca, é uma coisa diferente, é uma coisa atípica que aconteceu, e que eu não tive, não pude ter esse discernimento, essa oportunidade de poder alterar o sentido das coisas, e por entender que estava fazendo uma coisa correta, e por entender que era institucional, e que havia um coordenador, um delegado — porque eu entendia e pensava que onde eles trabalhavam, estava lá um Deputado, um juiz, um promotor e que esse agentes não poderiam estar fazendo nada de errado. Então, em não me preocupei por contra disso. Agora, é lógico, como o senhor está falando, depois de tudo isso que aconteceu, e vendo no que deu, é lógico que se eu soubesse o tempo que isso ia durar, com certeza, um plano, um planejamento, eu teria feito. Porque é uma coisa que eu faço rápido, pelo tempo que eu tenho de operações. Eu faço rapidinho uma operação, com custo e tudo. E vou errar pouco.



O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O que temos de tirar de lição disso, Sr. Presidente, e acho que tem um ditado muito importante, que podia ser o caso aqui: que jamais os fins justificam os meios. Às vezes, por exemplo, no passado, para conseguir alguma coisa usaram a tortura. Então, está bem, conseguimos a informação, mas humilhamos a integridade das pessoas. Quer dizer, então, V.Exa. — eu sinto, não o conheço pessoalmente, mas sei do seu passado, a gente procura acompanhar —, eu percebo que V.Exa. não está confortável com tudo isso. Isso tudo o incomodou, pelo seu passado profissional, pelos seus homens expostos numa situação dessa, que eu diria, constrangedora em alguns casos. Eu sinto que V.Exa. realmente está desconfortável com tudo isso, e jamais isso pode prejudicar a verdadeira missão da ABIN. Acho que esse que é o nosso importante papel, estamos aqui para isso, jamais para tomar alguma atitude de cerceamento, de prejuízo da atividade da ABIN, como eu disse anteriormente, que é fundamental. Mas também não se pode, por mais que seja um bandido, por maior que seja, dele não se pode tirar, Deputado Marcelo, os direitos constitucionais que todo cidadão tem.

Acho que essa é a nossa preocupação na CPI. Saio daqui convencido de que realmente essa operação cometeu abusos dessa — como poderei chamar tecnicamente — execução das funções. Espero que dessa lição seja tirado muito proveito, para que fatos como esse não venham a se repetir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Passo a palavra ao Deputado Simão Sessim, para seus questionamentos.

Antes de passar a palavra, eu só quero fazer uma indagação: o senhor se considera “bucha” nesse processo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu talvez eu poderia até não dizer que me considero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - (*Ininteligível*) orçamento.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - ...não me considero “bucha” nesse processo. Mas, com certeza, eu me sinto desconfortável, porque essa é uma instituição — o senhor me desculpe — em que eu entrei em 80 e cresci. Porque, quando entrei, aqui falaram para mim: “Para você crescer, só depende de você.” E eu procurei crescer, procurei estudar, procurei me especializar e amo esse serviço.



Gosto dessa instituição, convivi aqui muito mais tempo com os companheiros do que com a minha família. Considero-os irmãos. De repente, vejo-os por aí, depondo, porque fizeram um trabalho que acharam que era um trabalho correto, foram designados, cumpriram uma missão, e essa missão nos expôs. Eu preferia até que eu fosse sozinho exposto por tudo isso e que nenhum deles tivesse sido citado. Ainda acredito nessa instituição. Acredito, espero e quero o crescimento dela. Eu costumo dizer aos colegas — tenho muitos amigos aqui — que entrei garoto e que eles vão ter que me aturar até quando tiver com bengala, não vou pedir para sair. Ela passou por períodos difíceis, quase foi fechada em 90, e eu continuei aqui. Sei que entram chefes, saem diretores, mas eu espero continuar por aqui, como Coordenador ou simplesmente como Analista — eu sou Analista, então eu posso. Estou Coordenador, não sou Coordenador; estou por enquanto, mas a minha função é de Analista, vou continuar Analista, mesmo que entrem outros diretores. Eu só fico triste em saber que outras pessoas talvez não pensem igual a mim: na preservação dessa instituição; que ela é importante para o País; que pode prestar relevantes serviços — e eu estou nela para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou dizer uma coisa a V.Sa., não há — e acho que posso dizer por todos que fazem parte da CPI — nenhum sentimento antiinstitucional, contra a instituição. Todos reconhecemos o valor e a necessidade. O que nós estamos questionando na verdade — e daí a necessidade da contribuição verdadeira dos senhores — é que V.Sas., no mister que executam, foram direcionados para uma ação que não lhes cabia, não lhes competia e, acima de tudo, foram direcionados de forma incorreta e indevida, caindo o peso disso na instituição, porque receberam determinação de quem só tem um compromisso momentâneo com a instituição, porque dela não fazem parte. Acho que o momento de se colocar as coisas no devido lugar é quando os profissionais da casa assumem os fatos e explicam como verdadeiramente aconteceram, para que não se tornem, como V.Sa. e outros da instituição de tornaram, “buchas” em um processo de um comandamento incorreto e indevido, porque tenho certeza de que se tivesse sido discutido pelos profissionais de inteligência, não teriam nesse tipo de ação se envolvido.

Com a palavra o Deputado Simão Sessim.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, meu caro Dr. Ribamar, confesso que durante toda a trajetória desta CPI, não tenha participado de nenhum depoimento, de nenhuma sessão como esta, porque nela a gente sente o envolvimento de uma instituição que teve e tem traços marcantes, que deram a colaboração pelo potencial, pela função, de importância para este País. Mas hoje, exatamente nesta Comissão, observamos que o inquérito policial que está sendo montado para a verdadeira revelação do que se passou nessa operação, onde a ABIN foi chamada a colaborar de maneira, sentimos, totalmente desprovida de uma preparação, de uma estratégia, de tudo que pudesse levar a que a ABIN não fosse envolvida.

E sentimos também que V.Sa., quando indagado — e houve uma sintonia nas perguntas, por isso eu quase não tenho nenhum questionamento, porque todos já foram esgotados aqui; e ainda há o Relator, que vai naturalmente levantar algumas dúvidas e, pela sua competência, talvez tire de V.Sa. alguma coisa a mais de que nós precisamos para esta Comissão —, mas quando V.Sa. é solicitado a responder do seu papel nessa operação, V.Sa. sempre diz categoricamente que foi a execução de uma missão institucional. E, quando perguntado se legal, V.Sa. não dá a firmeza, não diz se ela se deu de forma legal, dentro dos princípios, das normas da ABIN. E aí ficam as dúvidas.

Esta Comissão teve o carinho, atendeu a ABIN em ouvir V.Sa. aqui, na sua casa, para não expô-lo, para preservar a sua imagem, por se tratar de um dos agentes mais importantes, ocupando uma função importante — essa foi a explicação que nos foi dada: que sua imagem devia ser preservada. Esta sessão, então, como bem disse o Deputado Gustavo Fruet, passou praticamente a ser uma sessão secreta, mas dela nós não tiramos nada além do que as respostas convencionais: executamos tanto, gastamos tanto. Quer dizer, com o que mais V.Sa. poderia colaborar conosco? Já que estamos praticamente numa sessão secreta, o que V.Sa. poderia nos dar além dessas respostas que nos foram proferidas, mas sem nenhuma vantagem maior para que a Comissão pudesse evoluir no exame dessa situação?

O que nós sentimos é o seguinte: houve fatos que foram contestados pela Polícia Federal. O Dr. Daniel Lorenz quando esteve na CPI, ele disse claramente



que encontrou alguns, citou até nomes, parece-me, de elementos da ABIN que estavam operando missões ou estavam dentro de compartimentos da Polícia Federal que não diziam respeito à ABIN, que não eram funções deles. Quem é que permitia isso tudo?

V.Sa. diz: “Eu coordenava de maneira indireta, através de alguns chefes” — não era isso? V.Sa. não conhecia o papel de cada um. Eles também não retornavam relatórios que pudessem dizer da atuação de cada um. Mas o fato é que vazou na imprensa que a operação teve vários erros a ponto de merecer uma investigação por parte da Polícia Federal, o afastamento do Dr. Paulo Lacerda. Agora, nós estamos diante de uma situação em que a CPI não consegue tirar nada de proveito para que ela possa contribuir futuramente com uma legislação que evite esses determinados tipos de...

Então, houve erros, houve erros. Está mais do que claro que houve erros. Eu pergunto só a V.Sa. o seguinte. Em determinados momentos, V.Sa. ouviu, mesmo informalmente, dos seus comandados ou daquelas pessoas que foram arregimentadas para trabalhar nessa operação, queixas de que estavam executando missões que não cabiam à ABIN e que foram solicitadas pelos Coordenadores, pelo Delegado ou pelos Coordenadores ou pela Direção-Geral? Ou seja, alguma coisa eles reclamavam com V.Sa. de que foram levados até a determinadas ações de utilizar equipamentos que não utilizariam se estivessem a serviço só da ABIN? Quer dizer, alguma vez eles se queixaram de que foram usados, como disse o nosso Presidente, como “bucha”? Houve por parte deles alguma reclamação, mesmo informal?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Bem, Excelência, nunca houve reclamação por parte deles para me dizer que eles estavam fazendo algo que não deveriam porque não queriam, porque, se estivessem, eu tirava. Isso aí, até mesmo por questão de compartimentação, se um agente está fazendo um trabalho do qual ele não está gostando, é bom que a gente tire, porque ele poderá vazar esse trabalho que está fazendo. Então, a gente tira. Se não há reclamação, é sinal que não estão sendo mandados a fazer algo que eles acharam estranho, embora podem ter feito.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quer dizer que, então, não houve por parte deles reclamações? A ABIN não cometeu nenhum excesso além da sua competência natural ou daquilo que já vem realizando em outras operações?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Talvez, por parte daqueles que estavam trabalhando, talvez entenderam que não, porque não reclamaram.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Por que é que, então, V.Sa. não afirma categoricamente que a operação não foi totalmente ilegal?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Porque eu não posso afirmar, Excelência. Do meu ponto de vista, é uma coisa, de quem tinha o dever de entender que ela era legal ou não, talvez seja outro. De repente, eu digo: “A operação foi legal”, e, aí, me colocam frente a quem mandou o troço e fala: “É ilegal por quê?”

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu vou fazer só mais um questionamento. Emergiu dessa operação uma gravação, que foi muito, está sendo comentada até hoje; uma interceptação, um grampo, com relação a uma conversa entre o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Senador Demóstenes — o Dr. Gilmar Mendes e o Senador Demóstenes. Isso foi um grampo, ou melhor, eu ainda pergunto antes: pela sua experiência, pelo trabalho que V.Sa. executa há tantos anos nesse mister, V.Sa. acha que houve uma interceptação? O senhor acha que foi interceptado — eu não estou dizendo por quem —, V.Sa. acha que houve essa interceptação? O diálogo foi transcrito nos jornais. V.Sa. acha que houve a interceptação do Dr. Gilmar com o Senador Demóstenes?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência,...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pela sua experiência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É o tipo de... Seria, talvez, até comentário — o senhor me desculpe se eu não puder me expressar da melhor maneira que o senhor espera... Mas há uma Comissão Parlamentar, um inquérito apurando isso. Então, eles chegarão à conclusão. A mim, na minha — como o senhor quer a minha — opinião, não acredito. Deveria haver algum tipo de prova, não apenas um texto. Isso é opinião minha. Não posso dizer que houve ou que não houve. O inquérito é que vai chegar a essa conclusão. Mas como o senhor pediu a minha opinião pelo meu passado em serviço, teria que haver uma prova disso. Se



houve uma gravação, tem que ter, em algum lugar, tem que ter. Esse documento não poderia ter sido feito e destruído e ficar com o texto. Isso não teria cabimento.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O afastamento do Dr. Paulo Lacerda, o inquérito que está sendo feito, o Dr. Amaro, todas essas ações no sentido de apurar como se deu essa operação, isso deixa V.Sa. preocupado, pela posição que ocupou em arregimentar o pessoal, em pagar o pessoal? V.Sa. acha que isso vai trazer transtornos do ponto de vista profissional, ou V.Sa. está tranquilo com relação à apuração de todo esse processo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, a única coisa que me deixa tranquilo é saber que há uma Comissão Parlamentar de Inquérito apurando a verdade e, com certeza, ela chegará à verdade. E eu espero poder contribuir. Agora, eu não posso afirmar que eu estaria preocupado com a minha carreira ou preocupado com alguma coisa — isso aí não. Eu estou mais preocupado com que seja apurado, que a CPI, que esta Comissão conclua os trabalhos dela, que ache uma conclusão para isso; e se há culpado, que seja punido. Isso é o que eu quero e que a minha instituição seja depurada daqui para frente. Só isso, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Simão Sessim, pelas suas perguntas sempre oportunas.

Vou passar ao Relator.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Permita-me um registro, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado.

Foi publicado agora pela Internet — eu até agradeço a gentileza de a assessoria imprimir —, só para consignar. O Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo, vai encaminhar ainda hoje uma representação à Procuradoria Geral da República para apurar se o Coronel da Reserva do Exército, Sérgio de Souza Cirilo, nomeado para o cargo de Assessor da Secretaria de Segurança do Supremo, era ou não ligado ao banqueiro Daniel Dantas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era ligado a quem?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Era ou não ligado ao banqueiro Daniel Dantas. A assessoria de imprensa do Supremo informou agora, à tarde, que



não tem como provar se Cirillo agiu de má-fé, mas confirmou que ele trabalhou, de julho a outubro deste ano, como subordinado do Coronel Joaquim Alonso Gonçalves, Secretário de Segurança do Supremo. A denúncia da suposta ligação entre o banqueiro e Cirillo consta da sentença dada ontem por Fausto De Sanctis, Juiz da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, que condenou Dantas a 10 anos de prisão. Cirillo teria recebido 9 ligações de Hugo Chicaroni, assessor de Dantas entre os dias 4 de junho e 7 de julho, véspera da Operação Satiagraha. O período também coincide com as negociações para o pagamento de propina que Chicaroni ofereceu ao delegado da PF. Por essa razão, ele foi condenado a 7 anos de prisão pelo Juiz de Sanctis. Em 6 de outubro, Cirillo e o Coronel Alonso foram exonerados do cargo. Alonso não teria se adequado ao cargo e teria se desentendido com algumas pessoas. Gilmar Mendes não quis falar sobre o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Fruet, vou aproveitar para perguntar ao depoente se ele conhece algum desses 2 nomes mencionados e se algum deles já trabalhou na Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu não os conheço pessoalmente. Eu vi uma reportagem, alguma coisa sobre, eu acho, esse Cirillo. Não lembro, não o conheço. Parece que ele seria militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor tem conhecimento se eles trabalharam na Agência Brasileira de Inteligência? Já foram lotados aqui, já prestaram serviços aqui? Algum deles?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Eu não lembro, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. José Ribamar Reis, eu vou ser até breve, porque, como já disse o Deputado Jorginho Maluly, quem fica por último, às vezes, tem suas questões esgotadas. Mas eu teria apenas algumas indagações a fazer a V.Sa. como complementação.

Pelo que eu entendi do depoimento de V.Sa., V.Sa. é uma espécie de coordenador hoje aqui na Agência Brasileira de Inteligência dos agentes. Seria essa a sua função aqui?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor, Coordenador-Geral de Operações da Contra-Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Sa. é o Coordenador-Geral de Operações da Contra-Inteligência. Portanto, todos os agentes do Brasil inteiro que trabalham na atividade de contra-inteligência estão sob a coordenação de V.Sa.?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não seria bem que estariam sob a minha coordenação, porque eles são subordinados às Superintendências nos Estados. Eu posso solicitá-los.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Sa. coordenaria só as atividades de contra-inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Só nas atividades de contra-inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na Superintendência existe atividade de contra-inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Existe, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Subordinados a V.Sa.?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ao Superintendente. Eu posso requisitá-los para trabalhar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E qual é o tipo de relação que existe entre os agentes das Superintendências que trabalham na contra-inteligência e essa Coordenação? Algum tipo de alimentação, eles fazem relatório? Deve ter algum vaso comunicante.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Na área deles, eles produzem documento na área de contra-inteligência e mandam para o Departamento de Contra-Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então, posso deduzir que todos os agentes alocados por V.Sa. guardam uma disciplina hierárquica e, portanto, tudo o que eles fazem está sob a responsabilidade de V.Sa. e de seu departamento, da sua coordenação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Da Superintendência, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hein?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Da Superintendência, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, eu falo da sua Coordenação.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Os que estão na minha Coordenação, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por que ficou a cargo da coordenação de V.Sa. a disponibilização desses agentes para essa operação? Tem uma coordenação de inteligência aqui na ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tem, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem uma coordenação de inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Se tem uma Coordenação de Contra-Inteligência?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tem.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - De Contra-Inteligência, eu sei que tem, e V.Sa. é o Coordenador.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tem, tem de Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quero saber se tem uma coordenação de inteligência.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tem, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não seria essa a coordenação mais vocacionada para fazer essa atividade?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque geralmente a contra-inteligência diz respeito à investigação da atividade dos agentes da instituição.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Seria uma coordenação encarregada, como se fosse uma espécie de corregedoria, ela investiga se há algum desvio na ação dos agentes da instituição. Não seria a Inteligência o órgão mais talhado para fazer essa cooperação?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, quero agradecer a pergunta ao senhor, porque ela ajuda a esclarecer algumas coisas, o porquê isso acabou no DCI. A Coordenação de Inteligência é a que tem mais gente, inclusive, a de Contra-Inteligência tem pouca gente, muita operação. Mas só que, além de ela estar com 2 operações em andamento naquele período, uma em São Paulo, outra no Rio, talvez tenha levado a isso porque são...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No caso, a Coordenação de Inteligência estava com 2 operações à época?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, a de Contra-Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A de Contra-Inteligência. Certo.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É por isso que acho que o motivo, também é elucubração — não posso afirmar que seja.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Então, havia 2 operações em andamento, uma em São Paulo, outra no Rio. Talvez...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Da Contra-Inteligência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Da Contra-Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Portanto, já estava sobrecarregada, à época?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Já estava sobrecarregada. Então, talvez quisessem aproveitar essas operações para alocar gente ali. Outra situação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. está dizendo que essa seria a história cobertura perfeita para que os agentes atuassem nessa operação da Polícia Federal, sem que fosse plotado, porque havia uma operação de contra-inteligência no Rio e em São Paulo? É isso o que V.Sa. está dizendo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, poderia ser mais ou menos isso, até mesmo porque acabou que os recursos financeiros saíram da Contra-Inteligência. Saíram da rubrica dessas operações.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, eu posso entender que a escolha da Coordenação de Contra-Inteligência é porque existiam 2 ações justamente na área, no palco principal de operações, da Operação Satiagraha, e



haveria uma facilidade maior de usar dessa estrutura sem levantar grandes questionamentos ou alguns empecilhos burocráticos que poderia acontecer?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ou talvez realmente poder fazer essa destinação de recursos, tudo o mais, porque já existia uma rubrica para ali. E a outra situação, Excelência, que também é elucubração, é lógico que isso tudo, não estou dizendo que isso seja verdade, porque estaria analisando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor é um analista.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente. Então, a outra situação: por que acabou no DCI? Foi contada uma história de que o Delegado Protógenes teria se aproximado, teria feito um curso, junto com o Jobber, no Rio de Janeiro, e o Jobber, durante o PAN, apresentou o Delegado Protógenes ao Dr. Paulo Maurício. Aí, depois, quando ele precisou desse apoio, ele teria vindo pedir ao Paulo Maurício, que o apresentou para o Campana, e o Campana ao diretor. Então, daí talvez tenha acabado no DCI. Mas é uma versão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor julga verdadeira essa versão?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não sei, não sei, acho que não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Estou entendendo, Dr. Ribamar que... Bom, para mim já está muito claro, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, que esse procedimento foi inusual, não é um procedimento usual. O Sistema Brasileiro de Inteligência não tem esse tipo de cooperação, acho que não tem precedente histórico desse tipo de cooperação dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência. A cooperação que está lá estabelecida é de outro nível, é de outra natureza. Para mim está muito claro isso, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, como também o Dr. Lorenz, que é o Diretor de Inteligência da Polícia Federal, afirmou categoricamente à CPI que não foram utilizados os canais institucionais para essa cooperação. Ele foi muito categórico nesse sentido. Eu entendi como a pessoa que falava pela Polícia Federal, pelo Departamento de Polícia Federal.

Eu pergunto a V.Sa., se considera que houve uma solicitação pelos canais institucionais para essa participação da ABIN na Operação Satiagraha?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu não posso afirmar. Mas eu acredito que até a chefia do Departamento de Contra-Inteligência, poderia até estender talvez até o Dr. Milton Campana, talvez tivesse sido falado que sim. Agora, essa ponte institucional teria que ser feito do Diretor-Geral com o Diretor-Geral da Polícia Federal — e aí não temos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Dr. Campana, como segundo homem da ABIN teria competência institucional para autorizar uma operação desse volume, dessa natureza?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sozinho, não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele não teria porque me parece que, pelo que eu ouvi de todo o conjunto do depoimento de V.Sa., essa colaboração, essa disponibilização, ela fugiu a todas as normas internas da Agência. Desde a locação de agentes, sem que eles prestassem periodicamente relatório das suas atividades, que suas atividades fossem monitoradas, que houvesse um plano prévio de ação desses agentes. O Dr. Campana teria competência institucional, para, sozinho, determinar uma operação dessa natureza, dessa envergadura? Com esse tipo de dispensa, de todas as formalidades, de todas as regras da instituição?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, mesmo com o plano feito, teria que ser aprovado pelo Diretor-Geral.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Outra coisa eu queria também entender. V.Sa., como Coordenador do núcleo de Contra-Inteligência, quando vai desenvolver uma ação, V.Sa. conhece o perfil de cada agente, sabe inclusive da sua especialidade. Eu pergunto: quando foi feita a escolha — eu sei que V.Sa. estava com 2 ações em curso, que sua Coordenação não é tão farta em profissionais, e que até teve que lançar mão eventualmente de alguns profissionais das Superintendências —, houve alguma solicitação, alguma determinação? Qual foi o critério que V.Sa. utilizou para selecionar os agentes que foram disponibilizados para a Operação Satiagraha?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu pedi para o Superintendente apenas que fossem pessoas que trabalhassem em operações.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Operações de que natureza? De escuta, de campana, de seguir, de fazer relatórios, levantamento de endereços?



Que tipo de especialização foi solicitado a V.Sa. para que esses agentes fossem alocados?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não foi pedido assim uma especialização. Quando foi pedido para apenas para que fosse colocado 2 analistas em São Paulo...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Analistas de que natureza?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Analistas que pudessem redigir bem, e que tivessem discernimento, tivessem uma boa grafia, porque eles iam fazer documentos. Então, eu me preocupei em tentar pedir que fossem arranjados analistas bons, porque estavam fazendo trabalho. E a operação...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Alguns desses agentes com alguma especialização, em relação a operações financeiras, operações bancárias, alguma formação nessa área de economia, finanças, comunicações?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Para mim não foi pedido assim uma área específica. Com relação ao operacional que o senhor estava falando, as Superintendências, devido ao número de pessoas em operação serem reduzidas, normalmente o elemento que trabalha em operações lá faz todo tipo de operações. Então, elemento da Contra-Inteligência, da Contra-Terrorismo, da Inteligência; são elementos com formação na escola de vigilância, de fotografia...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o agente é formado, um agente desta natureza tem formação para todas essas atividades?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tem, sim, senhor

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Seguir, levantar endereços, fazer escutas ambientais...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, escuta ambiental, não, porque não temos equipamento e não temos essa função.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa formação, os agentes da ABIN não têm, não dispõem?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Aqui a escola também não tem isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... mas para seguir, identificar...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Fotografia, filmagem.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... fotografia, levantamento de informações estratégicas...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tem, nosso...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... análise de documentos. A sua formação permite isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Permite. A escola aqui, ela tem curso para tudo, entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Inclusive na área financeira, na área contábil, tudo isso a escola dá essa formação a que os agentes... Permite isso.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É. A escola, ela tem os cursos dela, que são já programados para o ano todo, de entrevista, de curso básico em operações, que aí dá a mobilidade para o agente, para ele fazer tudo isso, acompanhamento. A nossa escuta, que, como o senhor fala, seria mais em termos de o elemento que conhece idiomas. Então, ele adentra um local e tenta escutar. Então, nós inserimos o elemento dentro do contexto, para que ele escute o que está sendo falado. Nós não temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixa só eu lembrá-lo do seguinte, se V.Exa. me permitir, Relator. É o seguinte, quer dizer: o curso de escutas, eu acho que...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... V.Sa. tem, como outros aqui têm, até porque como é que se faz contra-inteligência para se evitar que agentes públicos com dados estratégicos tenham seus segredos protegidos se a gente não souber quais são os instrumentos que podem ser invasivos na nossa atividade? Então me parece que V.Sas. têm curso e têm *expertise* nessa área, não para executar, mas pelo menos para impedir que isso aconteça. Não é verdade?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, eu acho que a importância desta CPI... Eu tenho falado para os companheiros que para a gente está sendo muito bom, de certa forma, que isso tenha acabado no Congresso, que tenha caído para dentro do Congresso, porque o Congresso, com certeza, vai ajudar com que essa instituição cresça. Por quê? É, realmente, como o senhor falou: como é que pode um órgão que trabalha com contra-espionagem, e ela não consegue



trabalhar direito. Hoje em dia, nós somos uma instituição capenga: que ela não escuta, ela não consegue saber nada do que um estrangeiro está maquinando ali dentro. A gente... Estamos nos esmerando, botando gente para tentar se aproximar, para fazer contato, fazer entrevistas e, praticamente, se inserir com aquelas pessoas, fazendo contato e tirando dessas pessoas. Porque nós não conseguimos outro meio de fazer.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Ribamar, qualquer Deputado, quando viaja tanto para o exterior, como em alguma missão da Câmara, ele tem a obrigação de fazer um relatório das suas atividades, até para justificar. Para não dizer que eu mandei um Deputado para São Paulo ou um agente da Agência Brasileira para São Paulo e ele foi fazer turismo. Ele tem que dar um relatório de atividade dele, para justificar inclusive se ele estava fazendo turismo ou se ele estava trabalhando. Eu pergunto: esses agentes todos que foram disponibilizados pela ABIN, eles fizeram relatório das suas atividades para V.Sa.?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não fizeram, Excelência. É justamente o que S.Exa., o Deputado Itagiba estava falando: é uma coisa totalmente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eles não faziam um relatório de atividade.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não faziam. Para...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não faziam nenhum reporte. A não ser que estava naquele período. Nem naquele período que eles estavam à disposição do delegado, nenhum relatório foi...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eles se reportavam lá a eles.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas é usual, é norma da casa fazer relatório de atividade.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É a norma da casa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sempre que está em missão fazer relatório.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente. É missão nossa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E esse relatório foi dispensado por determinação de quem? De V.Sa. ou de nível...



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Missão nossa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... superior?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não. Missão nossa, eles têm que mandar. Inclusive para mim. Agora...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E não era a missão?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Nessa, nessa situação não, porque era...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu, eu...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Foi informado que todos os relatórios tinha que se reportar...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu vou usar uma figura, assim, de linguagem, e V.Sa. pode dizer se eu estou correto ou não.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É como se esses agentes todos... Como se fossem... Eles foram disponibilizados para a Polícia Federal.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor, foi, mais ou menos, nessa base.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Passaram a não ser mais agente da ABIN. Passaram, naquele período, a ser agente da Polícia Federal.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - É. Nos períodos em que eles...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A responsabilidade sobre eles era do Delegado Protógenes, o Delegado Protógenes é que fazia todo... Eles não tinham nenhum tipo de obrigação de reporte, porque é como se fosse uma sessão que não foi formal, mas, na prática, foi assim.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, não tinha nenhum tipo de relatório. E eles chegavam aqui, comentavam alguma coisa sobre o que estava acontecendo?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não faziam nenhum tipo de comentário?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Mesmo porque a maioria deles era de outro Estado. Então... Até como o Deputado tinha colocado a minha preocupação com 70 homens, mas a minha preocupação era com o grupo pequeno, porque não atuaram juntos, era de 20 em 20. Eles...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, mas tinha gente daqui da coordenação, não tinha?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Tinha gente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E nunca chegaram, não comentaram nada, não fizeram nenhum tipo de comentário?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não. Isso aí, Excelência, o senhor pode ter confiança nisso, porque os agentes aqui eles saem para trabalhar, às vezes, em dupla. Podem ser amigos. Eles saem e voltam. Não há comentário sobre o que foi feito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nem com a chefia?.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Só se a chefia tiver...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A chefia que eu falo é V.Sa..

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Exatamente. Só se eu tivesse dito que eles teriam que me fazer relatórios e me mandar, eles teriam que chegar aqui, como as outras aqui que trabalham, que estão fazendo um trabalho institucional da coordenação, eles... Eu peço que toda semana eles me mandem relatório. Me mandam relatório toda semana, quando chegam aqui tem que um *debrief*. Sento com eles e pergunto o que houve...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nenhum deles quando estavam fora da missão, no período que estiveram por aqui, nenhum deles fizeram reporte de atividades a V.Sa. ou a qualquer outra autoridade aqui da ABIN?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, senhor. Que eu saiba, não. Do meu pessoal, não, porque eles teriam que se reportar a mim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nenhum deles fez nenhum tipo de reporte. Porque o Agente Márcio Seltz, parece-me que ele, num depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, disse que esteve aqui, esteve com o Dr. Lacerda, fez um reporte de dados, de interceptações de comunicações telefônicas que ele teve acesso. Parece-me que dados bancários também. E, segundo ele, no



seu depoimento, o Dr. Lacerda teria não só ouvido o reporte de toda a atividade, como recebeu um *pen drive*. E até teria feito comentários e orientações em relação ao relatório. V.Sa. tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Só pela imprensa, que ele falou. Mas eu desconheço, porque o Márcio Seltz, eu não tinha, eu sabia que ele estava nesse processo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Sr. Márcio Seltz está lotado em que...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Coordenação de Inteligência. Aliás, ele é do contraterrorismo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele não é da Coordenação de V.Sa.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor alguma vez viu o Dr. Protógenes aqui, na Superintendência?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Eu encontrei com ele no dia 5 de março.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aqui na Superintendência.

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Aqui na Superintendência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sabe o que ele veio fazer aqui?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Foi quando ele veio pedir... Porque me chamaram numa reunião, o Dr. Milton Campana me chamou para me reunir com ele e foi quando ele fez o pedido de apoio. Foi no dia 5 de março, lá no gabinete do Diretor-Adjunto.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi a única ocasião que o Sr. encontrou o Dr. Protógenes aqui na...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - A única ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem estava nessa reunião?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Nessa reunião estava...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem participou dessa reunião que me parece que sacramentou a cooperação entre a ABIN e o Dr. Protógenes?



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Isso. Quem estava foi eu, o Dr. Milton Campana e o Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O seu chefe imediato não estava presente nessa reunião?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não estava. O Dr. Paulo Maurício não estava. Inclusive essa reunião era para ele ter ido. E eu fui, porque ele, acho que estava num curso lá pelo GSI, lá pelo Palácio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E qual foi a orientação que lhe foi dada naquele momento pelo Dr. Campana? E qual foi o diálogo que o senhor travou com o Delegado Protógenes?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - O Dr. Milton Campana falou que era para mim apoiar com o pessoal, que a gente ia fazer um trabalho em conjunto com a Polícia Federal e que ia ser necessário um apoio de pessoal e de recursos. Então, eu falei que... E também que precisava de 4 analistas para Brasília. Eu falei que não tinha esses 4 analistas em Brasília. Então, que eu providenciaria o pessoal para mandar para São Paulo, porque no Rio tinha gente já trabalhando em outra operação lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E com o Dr. Protógenes qual foi o diálogo que o senhor manteve nessa reunião?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Ele apenas falou que ele estava aqui em Brasília e quando é que eu poderia mandar esse pessoal para lá. Eu perguntei a quem que deveria se apresentar. Ele falou que, isso era numa sexta-feira, que sexta-feira de manhã ele estaria no Hotel São Paulo, que eu mandasse esse pessoal se apresentar para ele lá, que ele lá daria a missão para eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Um hotel em São Paulo, é isso?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, Hotel São Paulo, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah! Em São Paulo.



O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor foi a São Paulo? O senhor esteve no Rio em alguma momento dessa operação?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem, eu acho que não há...

Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só um esclarecimento, Sr. Presidente. Nós já fizemos uma representação ao Ministério Público Federal. Só para comunicar que esse fato de que 42.731,69 de recursos da verba secreta utilizados nessa operação é algo que nós entendemos bastante grave. E nós faremos também uma representação ao Ministério Público sobre essa questão. Como um adendo às outras duas que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quero perguntar mais uma coisa antes de encerrar. O senhor, depois de isso tudo acontecido, o senhor fez alguma reunião de avaliação com o seu pessoal, procurou saber o que eles fizeram? Até para poder resguardar a instituição a que o senhor pertence. E o que lhe foi informado pelo seu pessoal?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Excelência, quando houve o encerramento disso, que houve essa repercussão todinha e que ia ser instalado inquérito e tudo mais, então, em princípio, algumas pessoas me ligaram para querer saber: *"Vem cá, o que que a gente... A gente vai ser chamado nisso? A gente vai falar... Vai falar o quê?"* Eu deixei bem claro para eles o seguinte: vocês não trabalharam de forma escondida, vocês trabalharam cumprindo ordem, falem o que vocês fizeram, falem a verdade, porque não adianta tentar combinar nada com 2 ou com 3, porque são 70, e você não combina nada com 70. Se alguém mentir, todos vão mentir. Então, eu deixei bem claro que cada um falasse o que tinha que falar, que falassem a verdade. E esse tem sido o meu posicionamento: não oriento ninguém a falar aquilo que ele não sabe, para depois ele não se enrolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor tem cópia do seu depoimento prestado à Polícia Federal?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Aqui não tenho não, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor está de posse dele?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não estou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, o senhor...

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não pedi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não tem cópia dele?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não tenho não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A instituição não ficou com uma cópia dele? O senhor não encaminhou para a instituição?

O SR. JOSÉ RIBAMAR REIS GUIMARÃES - Não, não foi me dado lá, e eu não trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não tenho mais nenhum questionamento. Antes de dispensar a testemunha e encerrar, eu quero comunicar à Comissão Parlamentar de Inquérito 2 situações. A primeira delas: eu fiz um pronunciamento, em função de informações que eu recebi de que dossiês estariam sendo criados e informados a determinados elementos da imprensa para denegrir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Em função desse pronunciamento me chegou hoje um *e-mail* no meu computador institucional da Câmara dos Deputados dizendo o seguinte: *“Sr. Deputado Marcelo Itagiba, o seu pronunciamento na Câmara denunciando que agentes e diretores afastados da ABIN estão articulando informações falsas junto aos jornalistas de vários veículos de comunicação com intuito de atingir o senhor e outros membros da CPI do Grampo é a mais pura verdade. Digo isso porque sou agente da ABIN e estou a par dos bastidores, ou melhor, dos porões da agência. O Dr. Paulo Lacerda, o Fortunato, o Campana e o assessor de imprensa do Lacerda, que tem nome francês, Dr. Lacerda, dessa confusão em que ele se meteu, levá-lo de volta ao controle da ABIN e passar por cima das irregularidades e ilegalidades cometidas por agentes, por determinação dele, Dr. Lacerda, na Operação Satiagraha, comandada pelo Delegado Protógenes. O Dr. Lacerda meteu os agentes nessa enrascada. Já está na cara que a corda vai arrebentar do lado mais fraco. E agora fica inventando situações espúrias para os jornalistas publicarem, para denegrir a imagem da CPI*



que denunciou o Dr. Lacerda por ter mentido em seu depoimento na Comissão, livrá-lo do indiciamento por falso testemunho e desmoralizar a CPI, que vem fazendo um importante trabalho no combate às interceptações clandestinas, que, ao contrário do que o Dr. Lacerda disse, são feitas, sim, por agentes da ABIN. Não esmoreça, Deputado, pois eles vão inventar muita coisa a seu respeito e de outros membros da CPI do Grampo, com falsos dossiês para desestabilizar e para que eles fiquem livres das acusações e voltem ao controle da ABIN”.

Esse e-mail chegou para mim hoje. Em razão desse e-mail, estou fazendo em meu nome pessoal, não na condição de Presidente da ABIN, mas na condição de Deputado e Parlamentar que sou, um requerimento de informações ao Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, que eu vou ler aqui: “Requeiro a V.Exa., com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix, sobre as seguintes questões: a) quantas vezes, desde a data da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, dia 13 de dezembro de 2007, até a presente data, os Srs. François René e Bruno Ramos Crasmeyer ingressaram no Palácio do Planalto? b) Quais as razões que levaram a irem ao Palácio do Planalto? c) Se reuniram com integrantes do GSI no Palácio do Planalto ou em outro localidade? Se caso positivo, com quem e para discussão de que assunto? d) Qual a situação funcional de ambos no período? Justificação: matéria jornalística publicada no Radar On-Line, como reflexo de minha denúncia no plenário da Câmara dos Deputados no dia de ontem, 1/12/2008, notícia que servidores da ABIN afastados da agência após a Operação Satiagraha estão produzindo dossiês contra Deputados da CPI. A matéria estaria sendo entregue a jornalistas por François René, o Assessor de Comunicação de Paulo Lacerda desde o tempo em que ele dirigia a Polícia Federal”. O objetivo do dossiê seria desacreditar o trabalho da Comissão Parlamentar que presido, tendo o veículo de comunicação informado também que não é a primeira vez que René é acusado de vazar dossiês e que recai sobre ele a suspeita de ter divulgado a existência de investigação da PF contra o Ministro Gilmar Mendes, quando, na verdade, ela era feita sobre um homônimo. É de fundamental



importância que sejam respondidas as indagações ora formuladas, como primeiro passo para a devida elucidação do episódio”.

Então, estou comunicando à CPI esse *e-mail* por mim recebido, essa denúncia que chegou até o meu gabinete, e estou fazendo em nome pessoal esse requerimento, na condição de Deputado, ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, para que ele primeiro tome conhecimento de que essas coisas estão sendo urdidas e articuladas no âmbito do próprio Palácio do Planalto, para que amanhã ele não diga desconhecer os fatos e que foi enganado pelos seus subordinados. Razão pela qual eu peço a ele que informe para que eu possa adotar, na condição de Deputado, as medidas cabíveis ao tema. Essa era a comunicação que eu queria fazer a V.Exas.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião, que será marcada oportunamente e informada a V.Exas., para tomada de depoimentos e deliberação de requerimentos.

É necessário que se fale com as Lideranças, para que, junto do Presidente Arlindo Chinaglia, seja prorrogada esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que possamos concluir nossos trabalhos, que vencem no dia 5.

Agradeço ao depoente, Sr. José Ribamar Reis Guimarães, as informações prestadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Tenha S.Sa. a certeza de que nosso objetivo é construir uma Agência Brasileira de Inteligência cada vez melhor e cada vez mais respeitada pela população e pelas autoridades públicas. Espero que desvios como esses não se repitam na atividade de inteligência e que S.Sas., profissionais dessa agência, tenham a força suficiente para resistir todas as vezes que uma missão lhes for dada de forma incorreta, indevida e até mesmo ilegal.

Está encerrada esta reunião.